



ORDEM E PROGRESSO



XXV Congresso da
ANOREG|BR &
Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro
VIII **CONCART**
Conferência Nacional dos Cartórios 2025

ABERTURA DO XXV CONGRESSO DA ANOREG/BR E DA VIII CONCART REFORÇA PAPEL ESTRATÉGICO DA ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

Edição Especial
JANEIRO/2026

Diretor Jurídico da Itaipu fala sobre o novo papel institucional da usina e a importância da cooperação com a atividade notarial e de registro

Ministro Flávio Dino defende modelo híbrido dos Cartórios e alerta sobre sobrecarga do Judiciário em palestra magna

Sumário

04

Cartório Talks

07

Abertura

11

Palestra Magna

14

Compliance Tributário

16

Influência do Direito Digital

18

Cases de sucesso do ONR

20

20 anos Coopnore

21

Justiça do Trabalho

24

Delegação, Independência
e Eficiência

26

Autonomia administrativa
financeira

28	Remuneração direta
30	Prêmio Rares
33	Prêmio GPTW
35	Tokenização
38	ELLAS
42	Edson Fachin
44	Selo e Prêmio Sindicatos
46	Programa Desenvolve
48	Entrevista
52	Workshops

Expediente

A Revista XXV Congresso da ANOREG/BR e VIII CONCart é uma publicação especial da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG/BR) e da Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR).

Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG/BR

Presidente

Rogério Portugal Bacellar

Primeiro Vice-Presidente

Ari Álvares Pires Neto

Segundo Vice-Presidente

José Marcelo de Castro Lima Filho

Diretor Geral

Germano Toscano de Brito

Diretor Financeiro

Mc Arthur Di Andrade Camargo

Diretora Financeiro Adjunta

Moema Locatelli Belluzzo

Confederação Nacional de Notários e Registradores - CNR

Presidente

Rogério Portugal Bacellar

Jornalista Responsável:

Alexandre Lacerda Nascimento

Edição e Reportagens:

Melina Rebuzzi

Assessoria de Imprensa:

Gians Fróiz

Fotografia:

Raul Spinassé

Projeto Gráfico e Diagramação:

Bruna Boaes

CARTÓRIO TALKS

Cartório Talks abre debates sobre a Reforma do Código Civil no Congresso da ANOREG/BR

Encontro reuniu alguns dos principais juristas do país para discutir as profundas mudanças previstas no projeto de reforma



Hércules Benício e Mário Camargo iniciaram os debates do painel dedicado à Reforma do Código Civil

CO XXV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro (ANOREG/BR) e a VIII Conferência Nacional dos Cartórios (CONCART) abriram a programação na tarde de terça-feira (25/11), em Brasília, com o painel Cartório Talks, dedicado ao tema “Reforma do Código Civil: o que pode mudar para o extrajudicial e as principais críticas à proposta”. O encontro reuniu alguns dos principais

juristas do país para discutir as profundas mudanças previstas no projeto de reforma, que, embora apresentado como simples atualização, altera mais de 900 dispositivos e cria outros 300, como destacou o moderador do painel, Hércules Benício, registrador e tabelião do Distrito Federal, ao afirmar que “não se trata de uma mera atualização; é uma reforma que impactará intensamente a atividade extrajudicial”.

O debate começou com Mário Camargo, vice-presidente do IEPTB/SP, que chamou atenção para a transformação da união estável registrada em um novo estado civil. Ele explicou que a proposta introduz efeitos jurídicos inéditos, especialmente quanto à oponibilidade a terceiros. “A união estável registrada altera o estado civil dos conviventes, que deixam de ser solteiros e se tornam conviventes”, disse. Camargo também ressaltou que a reforma incorpora



Mário Delgado, Nelson Rosenvald e Carlos Elias analisam novas ferramentas de desjudicialização, como as diretivas antecipadas de curatela e a "Sunset Clause"

entendimento antigo do STJ ao prever que a presunção de filiação se estende ao convivente da mãe: “O filho da mãe é também presumidamente filho do convivente da mãe”.

A ampliação de competências do extrajudicial — tendência cada vez mais consolidada pelo CNJ — foi amplamente tratada pelos palestrantes. Hércules Benício provocou o público ao questionar se, diante do avanço normativo, seria possível ao Conselho Nacional de Justiça permitir a alteração do regime de bens no casamento sem intervenção judicial, como já faz com a união estável. “A pergunta que não quer calar é: avançaremos para permitir também aqui a desjudicialização total?”, indagou.

Um dos debates mais sensíveis abordou o reconhecimento de paternidade e a possibilidade de o registrador civil intimar o suposto pai, aplicando presunção caso ele permaneça inerte. O advogado Mário Delgado ponderou que a desjudicialização é positiva, mas exige cautela. “É preciso controle de intimação. Aplicar presunção sem processo judicial pode gerar danos severos à reputação”. Já Nelson Rosenvald, ex-procurador de Justiça do Ministério

Público de Minas Gerais, avaliou que o modelo “inverte o ônus” e pode gerar injustiças, embora reconheça que evita longas esperas prejudiciais às crianças. O tema da filiação socioafetiva também gerou divergências, especialmente diante da proposta de restringir seu reconhecimento extrajudicial apenas a maiores de 18 anos. Hércules considerou a mudança um retrocesso, enquanto Frederico Viegas registrador civil e de Registro de Títulos e Documentos viu na medida uma tentativa de conter abusos já identificados na prática.

Na sequência, o painel mergulhou na discussão sobre direito digital e propriedade imaterial, com destaque para a análise de Rosenvald, que afirmou que o Código Civil “ainda fala a língua do século XX”, ao passo que a Constituição já reconhece a titularidade de bens materiais e imateriais. Ele explicou que o novo texto abre caminho para temas contemporâneos, como inventário digital, dados pessoais como direito da personalidade e a proteção da propriedade intelectual em ambiente virtual. “A propriedade hoje não é apenas territorial; é também intelectual, digital e informacional”, declarou.

Outro ponto muito comemorado foi a diretiva



Durante painel em Brasília, Frederico Viegas defendeu que mudanças tecnológicas exigem textos menos rígidos para evitar o envelhecimento precoce da norma

antecipada de curatela, que permite que uma pessoa, ainda lúcida, indique quem será seu curador e como deseja ser assistida futuramente. Carlos Elias, consultor do Senado Federal, em tom leve, exemplificou a importância da medida. “Se eu perder a lucidez, quero que continuem me levando para ver o Flamengo. Ainda que eu não pareça entender nada,

meu DNA rubro-negro vai vibrar”. A iniciativa foi apontada como uma das mais relevantes ferramentas de autonomia trazidas pelo projeto.



O advogado Bernardo Chezzi defendeu a manutenção de avanços como a biometria e a assinatura avançada para garantir a eficiência dos serviços extrajudiciais

Na área de família e sucessões, a chamada Sunset Clause, que permite regime de bens com transição automática após prazo definido, também foi debatida. Mário Delgado explicou que o instituto “é como um estágio probatório do casamento”, permitindo que o regime já nasça com previsão de mudança futura, sem necessidade de intervenção judicial. “É um regime que já é mutante por natureza”.

O painel avançou para temas relacionados ao protesto de títulos, com análises de Mário Camargo, que alertou para riscos de conceitos abertos na definição de “ato extrajudicial que constitui mora”. Ele também destacou a necessidade de padronização na comunicação de cessão de crédito e lembrou de ajustes recentes decorrentes da Lei 14.905, essenciais para segurança jurídica. “Precisamos evitar que conceitos vagos ampliem insegurança”, disse.

Já Frederico Viegas questionou a forma como o projeto de reforma vem sendo conduzido. “Um Código Civil não se reforma às pressas. Isso precisa ser feito à luz do sol, não entre amigos”, afirmou, defendendo que o texto incorre em erros de forma, mistura matéria processual com civil e arrisca cristalizar temas tecnológicos que se tornam obsoletos rapidamente. Segundo ele, “direito digital evolui ano a ano; colocar isso em texto rígido é pedir para nascer velho”.

Encerrando o painel, os advogados Bernardo Chezzi e Ian Cavalcanti abordaram a importância da

aproximação entre advocacia e Cartórios, destacando que o extrajudicial só avançará plenamente com atuação coordenada. Chezzi criticou retrocessos no capítulo de tecnologia da proposta. “É irracional retroceder a modelos ultrapassados e ignorar avanços como assinatura avançada por biometria”. Ian reforçou que advogados e Cartórios não competem, mas cooperam. “Somos atores do mesmo centro de garantia de direitos. É juntos que promovemos acesso à justiça”.



Ian Cavalcanti reforçou a importância da parceria entre cartórios e advogados no processo de desjudicialização

Ao final, Hércules Benício sintetizou o espírito do debate ao afirmar que o desafio da reforma é “desburocratizar com segurança jurídica”, lembrando que grande parte do que o projeto prevê já é praticado pelos Cartórios brasileiros. ●

A B E R T U R A

Abertura do XXV Congresso da ANOREG/BR e da VIII Concart reforça papel estratégico da atividade extrajudicial

**Evento teve como tema central as
“Prerrogativas Extrajudiciais: instrumentos para entrega
de segurança jurídica”**



Mesa de autoridades durante a execução do Hino Nacional na abertura do XXV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro

A cerimônia de abertura do XXV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e Registral e da VIII Conferência Nacional dos Cartórios reuniu, em Brasília, na noite do dia 26 de novembro, autoridades dos três Poderes, representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desembargadores de diversos Tribunais de Justiça, parlamentares, lideran-

ças de entidades notariais e registras, além de notários e registradores de todo o país.

Coube ao presidente da ANOREG/BR e da Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR), Rogério Portugal Bacellar, a abertura formal do encontro, que teve como tema central as “Prerrogativas Extrajudiciais: instrumentos para entrega de

segurança jurídica”.

Representando o presidente do CNJ, ministro Luiz Edson Fachin, a conselheira Renata Gil fez a primeira fala de conteúdo da noite, enfatizando o protagonismo do sistema extrajudicial brasileiro. Ela afirmou ter “muito orgulho de, no Conselho, estar trabalhando pelo aprimoramento não só do



Em seu discurso, o anfitrião do evento, Rogério Bacellar, celebrou o resultado de pesquisa Datafolha que coloca notários e registradores em primeiro lugar em credibilidade

sistema judicial, mas do nosso sistema extrajudicial também” e classificou o Brasil como “um país vanguardista em todas essas agendas judiciais e extrajudiciais”, apesar do grande volume de processos.

Renata destacou o trabalho de digitalização e segurança promovido pelos Cartórios, especialmente em regiões sensíveis como o Norte do país, onde há sobreposição de títulos de terra, e citou projetos com forte alcance social, como a doação de órgãos, o programa “Registre-se” – que garante registro gratuito à população em situação de rua – e a regularização fundiária pelo “Solo Seguro”, com entregas de títulos em quilombos urbanos e em comunidades como o Complexo do Alemão.

Na sequência, falou o deputado federal Zé Neto, presidente da Frente Parlamentar Notarial e Registral. Em tom crítico à ideia de substituição das instituições por soluções exclusivamente digitais, ele alertou para os riscos de uma visão que prega “acabar com os Cartórios para que fosse tudo na internet”. Segundo o parlamentar, “toda hora vem uma onda de que a gente não precisa da institucionalidade do Estado. Isso é arriscado. Muito arriscado”.

Ao relembrar a experiência da Bahia, onde os Cartórios se tornaram grandes parceiros do Estado

em ações fiscais e de regularização fundiária urbana e rural, Zé Neto defendeu que o caminho não é destruir estruturas, mas “institucionalizar melhor esse mundo digital”. Ele também rebateu a percepção de que a atividade seja uniformemente abastada: “É bom lembrar que a esmagadora maioria dos cartórios vive com dificuldades e trabalha muito para sobreviver”, ressaltando o papel dos serviços extrajudiciais na garantia de direitos, nas separações, averbações e no cotidiano das comunidades.

A palestra oficial de abertura ficou a cargo do ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, que fez uma reflexão histórica sobre a imagem do Brasil como “país cartorial” e a evolução da atividade extrajudicial.

O ministro citou avanços legislativos como a Lei 11.441/2007, que levou inventários, partilhas, separações e divórcios consensuais para a via extrajudicial, além da retificação de registro, da usucapião extrajudicial e da ata notarial, e apoiou a ideia de ampliar atribuições, inclusive na execução e em



Autoridades dos três Poderes e lideranças de entidades notariais e registrais compuseram a mesa de abertura do evento

garantias, sempre com respeito à técnica. Também fez uma defesa firme do modelo público-privado de gestão dos Cartórios, alertando para iniciativas que propõem a estatização da remuneração.

Em seu discurso, Rogério Bacellar definiu o encontro como “um marco institucional, um espaço de diálogo das nossas prioridades” e ressaltou que o Congresso é “um ponto de encontro entre a experiência dos notários e registradores e a expectativa do país por mais segurança jurídica, eficiência e inovação”. Ele celebrou o resultado de pesquisa Datafolha que coloca notários e registradores em primeiro lu-

gar em credibilidade: “Estamos em primeiro lugar de novo, à frente de todos os poderes constituídos. Os notários e registradores têm a maior credibilidade perante a população brasileira”, afirmou.

Bacellar elencou conquistas recentes do setor extrajudicial, como a consolidação da desjudicialização de inventários, separações e divórcios, a execução de cédula de crédito com segurança, o apostilamento em Cartório, a implementação do REURB na regularização fundiária, a retificação administrativa de registros civis, o reconhecimento de identidade e nome afetivo, e a implantação das centrais eletrônicas nacionais.

Para o presidente, essas mudanças representam “uma revolução silenciosa que aproxima o cidadão do Estado e melhora a vida de milhões de brasileiros”. Ele fez questão de agradecer aos três Poderes, destacando a sensibilidade social do Legislativo, o apoio do Executivo e a parceria permanente do Judiciário, especialmente das Corregedorias e do CNJ. Também reforçou a união interna da classe: “Somos uma classe unida, técnica e comprometida com a missão de servir o país com responsabilidade, qualidade e segurança jurídica”, disse, estendendo o reconhecimento aos colaboradores dos Cartórios, escreventes e substitutos.

Noite de homenagens

A cerimônia de abertura também foi marcada por homenagens. O ex-presidente da ANOREG Brasil e atual presidente do Sindicato dos Notários e Registradores de São Paulo, Cláudio Marçal Freire, subiu ao palco para receber o reconhecimento “pelos significativos serviços prestados à classe”, especialmente durante o período da pandemia. Em discurso emocionado, ele afirmou: “É muito bom ser lembrado enquanto a gente ainda está vivo e ser homenageado também”, dividindo a honraria com a diretoria, a equipe da ANOREG e os presidentes de institutos que colaboraram na sua gestão. Rogério Bacelar, por sua vez, lembrou que Cláudio foi seu “braço direito e esquerdo”. Também foi feita menção ao companheirismo e dedicação de Germano Toscano de Brito, membro da diretoria da ANOREG desde a primeira gestão.

Em um dos momentos mais afetivos da noite, Bacelar foi surpreendido por uma homenagem de

aniversário. Sua afilhada e sobrinha, Miriam Bacelar, subiu ao palco e leu um breve texto em sua honra: “Muitos daqui conhecem o Dr. Rogério como presidente da Confederação e da ANOREG Brasil, com sua trajetória profissional brilhante. Mas eu tenho o privilégio de conhecer o ser humano extraordinário que existe por trás do cargo”, declarou, dizendo considerá-lo “uma inspiração de vida”.

Em seguida, o registrador capixaba, Helvécio Duia Castello, anunciou a entrega do título de Cidadão Espírito-Santense, concedido pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Rogério, visivelmente emocionado, dividiu novamente o reconhecimento com sua diretoria e com a classe: “Se eu não tivesse a colaboração da minha diretoria e da minha equipe de trabalho, nada disso seria possível. Nós temos que estar unidos para vencer, porque não são poucos os desafios”, afirmou.

A cerimônia seguiu com o reconhecimento a presidentes e corregedores de Tribunais de Justiça estaduais, destacando as Boas Práticas com o Serviço Extrajudicial implementadas em suas jurisdições.

Os presidentes das ANOREGs Estaduais foram incumbidos de levar e entregar as honrarias em seus respectivos estados aos seguintes magistrados (presentes ou a serem homenageados posteriormente):

Em um dos momentos mais afetivos da noite, Bacelar foi surpreendido por uma homenagem de aniversário. Sua afilhada e sobrinha, Miriam Bacelar, subiu ao palco e leu um breve texto em sua honra: “Muitos daqui conhecem o Dr. Rogério como presidente da Confederação e da ANOREG Brasil, com sua trajetória profissional brilhante. Mas eu tenho o privilégio de conhecer o ser humano extraordinário que existe por trás do cargo”, declarou, dizendo considerá-lo “uma inspiração de vida”.

Em seguida, o registrador capixaba, Helvécio Duia Castello, anunciou a entrega do título de Cidadão Espírito-Santense, concedido pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Rogério, visivelmente emocionado, dividiu novamente o reconhecimento com sua diretoria e com a classe: “Se eu não tivesse a colaboração da minha diretoria e da minha equipe de trabalho, nada disso seria possível. Nós temos que estar unidos para vencer, porque não são poucos os desafios”, afirmou.

A cerimônia seguiu com o reconhecimento a

presidentes e corregedores de Tribunais de Justiça estaduais, destacando as Boas Práticas com o Serviço Extrajudicial implementadas em suas jurisdições.

Os presidentes das ANOREGs Estaduais foram incumbidos de levar e entregar as honrarias em seus respectivos estados aos seguintes magistrados (presentes ou a serem homenageados posteriormente):

A cerimônia de abertura também foi marcada por homenagens. O ex-presidente da ANOREG Brasil e atual presidente do Sindicato dos Notários e Registradores de São Paulo, Cláudio Marçal Freire, subiu ao palco para receber o reconhecimento



Durante a cerimônia de abertura, o registrador capixaba, Helvécio Duia Castello, entregou o título de Cidadão Espírito-Santense, concedido pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, à Rogério Bacellar

“pelos significativos serviços prestados à classe”, especialmente durante o período da pandemia. Em discurso emocionado, ele afirmou: “É muito bom ser lembrado enquanto a gente ainda está vivo e ser homenageado também”, dividindo a honraria com a diretoria, a equipe da ANOREG e os presidentes de institutos que colaboraram na sua gestão. Rogério Bacellar, por sua vez, lembrou que Cláudio foi seu “braço direito e esquerdo”. Também foi feita menção ao companheirismo e dedicação de Germano Toscano de Brito, membro da diretoria da ANOREG desde a primeira gestão.

Em um dos momentos mais afetivos da noite, Bacellar foi surpreendido por uma homenagem de aniversário. Sua afilhada e sobrinha, Miriam Bacellar, subiu ao palco e leu um breve texto em sua honra: “Muitos daqui conhecem o Dr. Rogério como presidente da Confederação e da ANOREG Brasil, com

sua trajetória profissional brilhante. Mas eu tenho o privilégio de conhecer o ser humano extraordinário que existe por trás do cargo”, declarou, dizendo considerá-lo “uma inspiração de vida”.

Em seguida, o registrador capixaba, Helvécio Duia Castello, anunciou a entrega do título de Cidadão Espírito-Santense, concedido pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Rogério, visivelmente emocionado, dividiu novamente o reconhecimento com sua diretoria e com a classe: “Se eu não tivesse a colaboração da minha diretoria e da minha equipe de trabalho, nada disso seria possível. Nós temos que estar unidos para vencer, porque não são poucos os desafios”, afirmou.

A cerimônia seguiu com o reconhecimento a presidentes e corregedores de Tribunais de Justiça estaduais, destacando as Boas Práticas com o Serviço Extrajudicial implementadas em suas jurisdições.

Os presidentes das ANOREGs Estaduais foram incumbidos de levar e entregar as honrarias em seus respectivos estados aos seguintes magistrados (presentes ou a serem homenageados posteriormente):

- **Distrito Federal:** Desembargador Mário Zan Belmiro Rosa.
- **Bahia:** Desembargador Roberto Maynard Frank e Desembargadora Célia Pilar Póvio de Claro.
- **Ceará:** Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto.
- **Espírito Santo:** Desembargador Fábio Clem de Oliveira.
- **Goiás:** Desembargador Anderson Máximo de Holanda, Desembargador Leandro Crispim, Desembargador Marcos da Costa Ferreira, Desembargador Alomiro Carvalho Neto, Desembargador Quisleu Dias Maciel Filho e Desembargador Paulo César Alves das Neves.
- **Mato Grosso:** Desembargador José Luiz Leite Lindotti.
- **Paraná:** Desembargadora Ana Lúcia Lourença.
- **Santa Catarina:** Desembargador Arthur Genitien Filho. ●

PALESTRA MAGNA

Ministro Flávio Dino defende modelo híbrido dos Cartórios e alerta sobre sobrecarga do Judiciário em palestra magna



Ministro prestigiou a abertura do XXV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro (ANOREG/BR) e da VIII Conferência Nacional dos Cartórios (Concart) com a palestra magna

Ministro do Supremo Tribunal Federal ainda abordou outros temas cruciais como a desjudicialização, o combate à lavagem de dinheiro e a questão ambiental

“Eu creio que, na minha perspectiva, esse modelo público-privado é o certo nesse momento. Manter esse modelo. Porque ele pode permitir que as virtudes do público estejam presentes e as virtudes do privado estejam presentes”

O XXV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro (ANOREG/BR) e a VIII Conferência Nacional dos Cartórios (Concart) foram prestigiados com a Palestra Magna do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), na abertura do evento na noite do dia 25 de

novembro, em Brasília. Em sua fala, o ministro destacou a evolução dos serviços extrajudiciais no Brasil e a importância do seu modelo híbrido para a estabilidade nacional, abordando temas cruciais como a desjudicialização, o combate à lavagem de dinheiro e a questão ambiental.

Flávio Dino iniciou a palestra enaltecendo a transformação da atividade notarial e registral. Ele rebateu a antiga crítica de que o Brasil seria um “país cartorial” em sentido negativo, apontando o notável avanço do setor. “A proeza, amigos e amigas, é que

desjudicialização: “Deu problema? Não conheço. Alguém conhece algum problema relevante que tenha nascido dessa iniciativa?”, ponderou.

Em sua fala, ele ainda defendeu veementemente a manutenção do modelo público-privado



“Eu creio que, na minha perspectiva, esse modelo público-privado é o certo nesse momento. Manter esse modelo”

se, eventualmente, isso fosse verdade algumas décadas atrás... não há dúvida que, nas últimas décadas, essas notas críticas serviram de imagem, de modo que qualquer pesquisa de opinião pública hoje mostra que a maioria do povo brasileiro aprova os serviços cartoriais”, afirmou.

Dino enfatizou que o núcleo do debate sobre o extrajudicial reside no conceito de segurança jurídica, que não se limita à ação do Poder Judiciário. Ele alertou para a sobrecarga conjuntural do Judiciário, que se torna a única ou última instância para a resolução de conflitos sociais e econômicos.

“O que acontece é que outras instâncias da sociedade e do Estado não conseguem, de modo eficiente e pronto, resolver as controvérsias. E tal como a água, se você represa em algum lugar, a água vai buscar caminho. E isso faz com que tudo desemboque no Poder Judiciário mesmo,” explicou o ministro. Ele acrescentou que essa sobrecarga compromete a qualidade das decisões: “É matemática. E claro, que um judiciário que decide muito, não consegue decidir sempre bem.”

O ministro citou a Lei nº 11.441, que permitiu inventário, partilha, separação e divórcio consensuais extrajudiciais, como um exemplo exitoso de

das serventias extrajudiciais, argumentando que ele potencializa o melhor dos dois mundos: a afetação social do público e a capacidade de investimento do privado, sem a submissão aos rígidos limites fiscais do Estado.

“Eu creio que, na minha perspectiva, esse modelo público-privado é o certo nesse momento. Manter esse modelo. Porque ele pode permitir que as virtudes do público estejam presentes e as virtudes do privado estejam presentes”, declarou.

Para a dimensão prospectiva, Dino lançou dois grandes desafios para a atividade extrajudicial. Ele destacou que a desorganização fundiária afeta a segurança jurídica e a economia, e conclamou a categoria a auxiliar o Poder Público. “A ANOREG e a Confederação podiam sentar [com o governo] e ajudar um modelo que, a partir da integração dos esforços governamentais com os Cartórios, se avançasse mais nesse tema do CAR. Seria a maior contribuição ambiental da história que vocês dariam nesse momento”.

Referindo-se ao Provimento nº 149 do CNJ, o ministro alertou sobre a sofisticação das organizações criminosas. “Eu estou espantado com a forma como os mecanismos de lavagem de dinheiro

sofisticaram no Brasil. E esse é o núcleo do crime organizado. As organizações criminosas no Brasil estão capitalizadas como nunca na história do Brasil! Nunca!”. Ele concluiu, conclamando os notários e registradores a intensificarem os deveres de comunicação de operações atípicas.

E finalizou a palestra ressaltando a confiança popular, que hoje alcança 76% nos Cartórios, o que, segundo ele, “autoriza que se avance mais” na desjudicialização e na consolidação do sistema.

Flávio Dino iniciou a palestra enaltecendo a transformação da atividade notarial e registral. Ele rebateu a antiga crítica de que o Brasil seria um “país cartorial” em sentido negativo, apontando o notável avanço do setor. “A proeza, amigos e amigas, é que se, eventualmente, isso fosse verdade algumas décadas atrás... não há dúvida que, nas últimas décadas, essas notas críticas serviram de imagem, de modo que qualquer pesquisa de opinião pública hoje mostra que a maioria do povo brasileiro aprova os serviços cartoriais”, afirmou.



Em sua fala, Dino rebateu a antiga crítica de que o Brasil seria um “país cartorial” em sentido negativo, apontando o notável avanço da atividade extrajudicial

Dino enfatizou que o núcleo do debate sobre o extrajudicial reside no conceito de segurança jurídica, que não se limita à ação do Poder Judiciário. Ele alertou para a sobrecarga conjuntural do Judiciário, que se torna a única ou última instância para a resolução de conflitos sociais e econômicos.

“O que acontece é que outras instâncias da sociedade e do Estado não conseguem, de modo eficiente e pronto, resolver as controvérsias. E tal como a água, se você represa em algum lugar, a água vai buscar caminho. E isso faz com que tudo desembo-

que no Poder Judiciário mesmo,” explicou o ministro. Ele acrescentou que essa sobrecarga compromete a qualidade das decisões: “É matemática. E claro, que um judiciário que decide muito, não consegue decidir sempre bem.”

O ministro citou a Lei nº 11.441, que permitiu inventário, partilha, separação e divórcio consensuais extrajudiciais, como um exemplo exitoso de desjudicialização: “Deu problema? Não conheço. Alguém conhece algum problema relevante que tenha nascido dessa iniciativa?”, ponderou.

Em sua fala, ele ainda defendeu veementemente a manutenção do modelo público-privado das serventias extrajudiciais, argumentando que ele potencializa o melhor dos dois mundos: a afetação social do público e a capacidade de investimento do privado, sem a submissão aos rígidos limites fiscais do Estado.

“Eu creio que, na minha perspectiva, esse modelo público-privado é o certo nesse momento. Manter esse modelo. Porque ele pode permitir que as virtudes do público estejam presentes e as virtudes do privado estejam presentes”, declarou.

Para a dimensão prospectiva, Dino lançou dois grandes desafios para a atividade extrajudicial. Ele destacou que a desorganização fundiária afeta a segurança jurídica e a economia, e conclamou a categoria a auxiliar o Poder Público. “A ANOREG e a Confederação podiam sentar [com o governo] e ajudar um modelo que, a partir da integração dos esforços governamentais com os Cartórios, se avançasse mais nesse tema do CAR. Seria a maior contribuição ambiental da história que vocês dariam nesse momento”.

Referindo-se ao Provimento nº 149 do CNJ, o ministro alertou sobre a sofisticação das organizações criminosas. “Eu estou espantado com a forma como os mecanismos de lavagem de dinheiro sofisticaram no Brasil. E esse é o núcleo do crime organizado. As organizações criminosas no Brasil estão capitalizadas como nunca na história do Brasil! Nunca!”. Ele concluiu, conclamando os notários e registradores a intensificarem os deveres de comunicação de operações atípicas.

E finalizou a palestra ressaltando a confiança popular, que hoje alcança 76% nos Cartórios, o que, segundo ele, “autoriza que se avance mais” na desjudicialização e na consolidação do sistema. ●

COMPLIANCE TRIBUTÁRIO

Compliance Tributário e os reflexos da atividade notarial e registral em destaque no Congresso da ANOREG/BR



O auditor da Receita Federal, Alessandro Martins, detalhou o projeto do Livro Caixa Digital dos Cartórios

O XXV Congresso da ANOREG/BR & VIII Concart promoveu na manhã do segundo dia do evento um importante painel para analisar como o avanço do compliance tributário impacta diretamente a atividade notarial e registral. Sob a mediação do tributarista Maurício Zockun, o painel abordou os desafios do setor frente às exigências fiscais contemporâneas, o papel das Corregedorias e da Receita Federal, e as profundas consequências da reforma tributária sobre a atuação das serventias extrajudiciais.

Logo na abertura, Zockun destacou como os Cartórios vivem um ambiente regulatório complexo, submetidos simultaneamente a comandos nacionais — via CNJ — e a normas locais de cada Tribunal de Justiça. Essa multiplicidade exige, segundo ele, uma postura cada vez mais estruturada de conformidade, a fim de evitar riscos decorrentes de interpretações divergentes entre órgãos fiscalizadores.

A palavra então foi passada a Alessandro Martins, auditor da Receita Federal e integrante do grupo de trabalho nacional responsável pelo desenvolvimento do Livro Caixa Digital dos Cartórios, que apresentou, de forma didática e transparente, o estágio atual do projeto que unificará o Livro Caixa fiscal — de interesse da Receita — e o Livro Diário Auxiliar — de interesse das corregedorias — em um único arquivo digital, capaz de atender simultaneamente às duas esferas de controle.

Segundo o auditor, o objetivo não é aumentar a fiscalização, e sim reduzir a presença física do auditor, modernizar a relação fisco-contribuinte e facilitar a vida dos delegatários. O novo sistema deverá importar automaticamente receitas e despesas, cruzar dados com os TJs e gerar relatórios gerenciais que auxiliarão tanto os cartórios quanto o próprio Estado a operar com maior previsibilidade.

Martins reforçou que o projeto nasce inserido em um movimento global, conhecido como Administração Tributária 3.0, que privilegia orientação, conformidade e automatização. Citou ainda que o manual de orientações — em fases finais de revisão — já reúne mais de 140 páginas com interpretações atualizadas da Receita, jurisprudência do CARF, decisões do STF e do STJ, além de detalhamento das despesas dedutíveis e não dedutíveis, um tema historicamente sensível para as serventias.

Em seguida, o tributarista e contador Evandro Oliveira trouxe uma das exposições mais enfáticas do painel, conduzindo os presentes a uma analogia histórica com a administração de José, no Egito, para ilustrar como tributos temporários frequentemente se tornam permanentes e opressores quando não há mecanismos de controle e participação ativa do contribuinte. Evandro demonstrou, com números concretos, o impacto da retenção na fonte do Imposto de Renda

sobre os CRVAs do Rio Grande do Sul — que, sem a possibilidade de uso do livro-caixa, podem sofrer perdas milionárias ao longo de poucos anos.

O especialista também criticou a interpretação de que o ressarcimento de atos gratuitos configure aumento de renda para fins tributários, o que gera distorções ao ponto de cartórios serem autuados por ISS sobre serviços em que não há preço. Para ele, o setor vive “contradições tributárias insustentáveis”, como a tributação de valores não disponíveis ao delegatário — caso, por exemplo, de depósitos pré-recolhidos para repasse a fundos ou órgãos públicos.

A apresentação foi encerrada com um apelo: que o setor se una para superar o “Egito tributário” descrito por ele e conquistar maior justiça fiscal, especialmente em meio ao cenário de reforma tributária.



O tributarista e contador Evandro Oliveira utiliza uma analogia histórica com a administração de José no Egito para alertar sobre tributos que se tornam "permanentes e opressores"

Por fim, o advogado e professor Felipe Fleury trouxe a perspectiva europeia para explicar os efeitos práticos da implementação do IVA dual (CBS + IBS) sobre os Cartórios. Habitado à lógica do IVA português, Fleury ressaltou que a atividade notarial ingressará em um sistema com alíquotas que podem chegar a 28%, substituindo um ISS médio de 5%. Para ele, as maiores preocupações do setor devem ser: o impacto imediato das obrigações acessórias que começam já em 2026; a necessidade de adaptação tecnológica para emissão de notas fiscais com destaque de tributos; o risco de que CBS e IBS incidam sobre o valor bruto dos documentos, e não apenas sobre os emolumentos; a responsabilidade solidária dos cartórios em operações imobiliárias; e o impacto do split payment e da não cumulatividade, que exigirá rigor contábil diário.

Fleury ainda alertou para a recém-aprovada tri-



Maurício Zockun conduziu o debate sobre os impactos da reforma tributária e a implementação do Livro Caixa Digital na atividade extrajudicial.

butação mínima do IRPF, que poderá elevar dramaticamente a carga sobre delegatários que ultrapassem rendimentos anuais de R\$ 600 mil — mesmo quando suas despesas de operação forem altas. Ele classificou a medida como “confiscatória”, pois transforma imposto de renda em imposto sobre receita, ferindo a lógica do livro-caixa e inviabilizando investimentos.

Ao encerrar, Zockun resumiu o clima do painel: a modernização tributária é inevitável, mas sem ajustes, “a renda não será mais tributada — será o patrimônio”. O desafio agora será construir, em conjunto, soluções que preservem o equilíbrio econômico-financeiro do serviço extrajudicial e garantam que a segurança jurídica continue sendo o pilar da atividade. ●



Especialista no sistema tributário de Portugal, o professor Felipe Fleury traça um paralelo entre o IVA europeu e o novo modelo brasileiro no Congresso da ANOREG/BR

INFLUÊNCIA DO DIREITO DIGITAL

Cartórios na era digital: especialistas debatem privacidade, IA e segurança de dados no XXV Congresso da ANOREG/BR

No painel “A Influência do Direito Digital diante da Privacidade de Dados nos Atos Registrais e Notariais, juristas e delegatários destacaram os desafios regulatórios, tecnológicos e operacionais que já transformam o dia a dia do extrajudicial brasileiro.

O XXV Congresso da ANOREG/BR & VIII Concart, realizado em Brasília (DF) no dia 26 de novembro de 2025, promoveu um dos debates mais estratégicos do encontro: o painel “A Influência do Direito Digital diante da Privacidade de Dados nos Atos Registrais e Notariais”, que reuniu algumas das maiores referências nacionais em proteção de dados, tecnologia e atividade extrajudicial.

A mesa foi conduzida pela registradora e diretora da ENNOR, Fernanda Abud Castro, que abriu o encontro ressaltando a responsabilidade dos Cartórios na gestão de informações sensíveis. Logo na abertura, ela reforçou que os oficiais atuam como “um hub de confiança, de lidar com toda a sociedade com os seus dados” e que a classe precisa compreender profundamente o impacto do direito digital sobre suas rotinas. “Até onde nós realmente vamos ter que mudar o nosso modo operante do dia a dia nas tratativas dos nossos documentos, com os nossos colaboradores, com os nossos usuários dos serviços?”

A primeira expositora, Laura Schertel Mendes, apresentou um panorama robusto da evolução do Direito Digital no Brasil. “Trabalho nessa área já há cerca



A registradora civil Flávia Hill utilizou uma metáfora para descrever a modernização dos Cartórios no XXV Congresso da ANOREG/BR: “Estamos trocando o pneu com o carro em movimento”

de 18 anos, na área do Direito digital. Trabalhei e fiz as primeiras versões da nossa Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e atuou na Resolução CNJ 615, que regulamentou o uso de inteligência artificial pelo Judiciário.

Para ela, o Brasil atravessa “uma mudança de paradigma... uma mudança de respeito a uma regulação e a um papel do Estado maior do que eu pensava antes” — transformação que atinge de maneira direta os Cartórios, tradicionalmente dependentes de quadros normativos estáveis, mas agora expostos a novos riscos e responsabilidades digitais.

Já a registradora civil e professora Flávia Hill

apresentou uma perspectiva prática da transformação vivida pelas serventias. Começando sua fala com um ponto de identificação. “O meu lugar de fala aqui é delegatária... e esse painel tem uma importância prática muito grande”.



A jurista Laura Schertel Mendes, uma das redatoras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), analisou a evolução do Direito Digital durante o evento

Para ilustrar a mudança acelerada, Flávia fez uma retrospectiva da atividade. “A minha geração é uma geração de profissionais do Direito eminentemente analógico. Estamos trocando o pneu com o carro em movimento”. Ela lembrou que a digitalização impôs novos desafios aos oficiais, exigindo letramento contínuo e adequação rápida a sistemas eletrônicos, normas recentes e paradigmas de proteção de dados que, até poucos anos atrás, sequer existiam na atividade.

Encerrando as exposições, o tabelião e especialista em Direito Digital Andrey Guimarães Duarte



Durante o painel sobre privacidade de dados, Andrey Guimarães Duarte explicou que o Direito Digital é “transversal” e reflete a forma como quase todas as relações humanas hoje passam por canais digitais

destacou que a tecnologia deixou de ser acessória para se tornar elemento central da vida contemporânea — e, por consequência, da atividade extrajudicial. “O Direito Digital é disperso. Você não tem uma sistematização; você tem normas dispersas — e isso não é uma falha. Isso decorre da própria característica da tecnologia, que é transversal.”

O tabelião ressaltou que praticamente nenhuma relação humana hoje ocorre sem mediação tecnológica. “Difícilmente nós temos alguma relação, seja familiar, negocial ou comercial, que não tenha passagem por algum canal ou plataforma tecnológica”.

Por fim, pontuou que a sociedade agora exige não apenas segurança jurídica formal, mas também segurança digital, e que isso coloca novas responsabilidades sobre os Cartórios, que precisam investir em governança, criptografia mínima, trilhas de auditoria (logs) e políticas internas de proteção de dados.



A registradora e diretora da ENNOR, Fernanda Abud Castro, conduz painel sobre Direito Digital no XXV Congresso da ANOREG/BR, em Brasília

Fechando o painel, Fernanda Abud Castro sintetizou a principal mensagem da mesa: o Direito Digital não é projeção futura — é realidade presente. As serventias extrajudiciais, como instituições de confiança pública, precisarão aprofundar suas estratégias de privacidade, proteção de dados, governança tecnológica e preparação para normas emergentes de IA, garantindo a continuidade da segurança jurídica que caracteriza a atividade.

O painel marcou uma reflexão profunda sobre o papel dos Cartórios no ecossistema digital brasileiro e reforçou a urgência de adaptação institucional diante de um cenário em rápida transformação.

CASES DE SUCESSO DO ONR

ONR apresenta avanços, plataformas e indicadores nacionais do RI no XXV Congresso da ANOREG/BR



O presidente do ONR, Juan Pablo Gossweiler, anunciou a Pesquisa Prévia Nacional, que permitirá consultar imóveis vinculados a um CPF em todo o território nacional com apenas uma solicitação, eliminando a necessidade de 27 buscas estaduais

Em Brasília (DF), presidente do Operador apresentou vasto pacote de entregas desde sua criação, destacou o salto em tecnologia e segurança cibernética e detalhou o futuro das plataformas nacionais que integram todo o sistema registral imobiliário brasileiro

O Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR) apresentou na tarde do dia 26 de novembro, durante o XXV Congresso da ANOREG/BR & VIII Concart, realizado em Brasília, um panorama amplo e técnico sobre a evolução da sua estrutura, de suas plataformas e dos serviços nacionais prestados ao público e ao Poder Judiciário.

A exposição, conduzida pelo presidente do ONR, Juan Pablo Corrêa Gossweiler, mostrou como a instituição — criada pela Lei 13.465/2017 e estruturada estatutariamente apenas em 2020 — passou, em poucos anos, de um órgão embrionário a um sistema nacional de tecnologia essencial para o mercado imobiliário, o setor público e o ambiente jurídico brasileiro.

Juan Pablo iniciou contextualizando a dimensão do desafio institucional enfrentado desde a assunção da atual gestão, em 2024. Naquele momento, o ONR possuía cerca de 250 colaboradores, a maioria com menos de seis meses de experiência, e operava uma plataforma desenvolvida originalmente pela ARISP em 2008, já exigindo atualizações profundas. “Precisamos manter o sistema funcionando e, ao mesmo tempo, desenvolver novas plataformas. É literalmente trocar o pneu com o carro andando.”

Partindo deste legado tecnológico, o ONR implementou 432 melhorias só entre 2024 e 2025, além de criar novos módulos e micro-serviços que passaram a atender diretamente demandas de órgãos públi-

cos como Supremo Tribunal Federal (STF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e prefeituras. O módulo de comunicação obrigatória de transações imobiliárias aos municípios, por exemplo, foi totalmente reformulado para garantir que ações fiscais futuras recaíssem sobre o proprietário correto — um avanço que atende aos provimentos do CNJ e amplia a segurança jurídica fiscal.

Outro ponto de destaque foi o módulo nacional de regularização fundiária, redesenhado para receber informações padronizadas, inclusive via arquivos JSON, permitindo análise, estatísticas e interoperabilidade mais eficientes. Entre as entregas listadas também esteve a certidão automatizada, funcionalidade que permite que registradores de imóveis emitam certidões de inteiro teor sem intervenção humana quando a imagem digital da matrícula já está no sistema. “A assinatura é automática, integrada ao ONR, e a certidão chega praticamente em tempo real ao requerente”.

O presidente do ONR apresentou ainda avanços em termos de quitação digital, módulos para operações do agronegócio, integração com o notariado, aplicativo nacional para consulta e pedidos de certidão, além do novo módulo CNIB 2.0, que a partir de janeiro de 2025 passou a permitir indisponibilidades específicas, reduzindo drasticamente os danos causados por bloqueios genéricos e garantindo maior proporcionalidade às ordens judiciais.

O presidente do ONR anunciou também que o novo e-Protocolo está em desenvolvimento avançado e que sua nova versão — mais intuitiva, integrada e apta a receber procedimentos como usucapião extrajudicial e retificação compulsória — deve ser entregue em julho de 2026, com integração plena ao Sistema Integrado de Pagamentos (CIP).

Outra entrega de grande impacto será a Pesquisa Prévia Nacional, prevista para janeiro de 2026, permitindo que um usuário consulte a existência de imóveis vinculados a um CPF ou CNPJ em todo o Brasil com apenas uma solicitação. Hoje, o procedimento exige 27 pesquisas estaduais.

Entre os marcos regulatórios, o presidente lembrou que o CNJ deve publicar, ainda este ano, novo Provimento que tornará títulos estruturados obrigatórios nas operações de compra e venda com garantia fiduciária, eliminando a tramitação de contratos extensos em PDF e substituindo-os por arquivos normalizados e padronizados.

O ONR também apresentou avanços significativos no Mapa Nacional do Registro de Imóveis, atualizado para atender as exigências do Provimento 195 do CNJ, incluindo georreferenciamento, sobreposição de áreas e funcionalidades de publicidade registral que permitirão ao usuário acessar matrículas diretamente pelo Mapa.

Outro eixo do relatório foi a pauta de segurança cibernética. Juan Pablo revelou que o ONR saltou de um índice de segurança de 1,57 em 2023 para 3,85 em 2024, superando “instituições financeiras em padrões de proteção e resiliência digital”. “Temos investido pesado em cibersegurança porque o registro de imóveis lida com os dados mais sensíveis e valiosos do país”.



Gossweiler detalhou o investimento recorde em cibersegurança do ONR, que atingiu padrões de proteção superiores aos de instituições financeiras.

O presidente do ONR também destacou o volume de serviços prestados: foram 15 milhões de atendimentos remunerados e 311 milhões gratuitos ao poder público em 2023, e 21 milhões de serviços pagos e 307 milhões gratuitos em 2024 — números que demonstram a centralidade do ONR no ecossistema registral brasileiro e o peso social dos atendimentos não remunerados.

Juan Pablo ressaltou ainda a importância da comunicação institucional, mencionando o trabalho de visibilidade nacional conduzido pela equipe de marketing do ONR, com presença em grandes veículos como “Fantástico”, “Valor Econômico” e “Jornal Nacional” e finalizou. “O objetivo é sempre entregar o melhor serviço possível aos registradores, aos usuários e ao poder público”. ●

20 ANOS COOPNORE

Coopnore Unicred celebra 20 anos no Congresso da ANOREG/BR e lança o projeto “Embaixadores da Marca”



A presidente do Conselho de Administração da Coopnore Unicred, Margot Virgínia Silveira de Souza, celebrou os 20 anos da cooperativa durante o XXV Congresso da ANOREG/BR

O XXV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro (Congresso da ANOREG/BR) e a VIII Conferência Nacional dos Cartórios (CONCART) serviram de palco para a celebração e a projeção de futuro da Coopnore Unicred, a instituição financeira especializada na classe extrajudicial, que comemorou 20 anos de fundação. O painel apresentado no segundo dia do evento destacou o propósito e a solidez da cooperativa, culminando com o lançamento do estratégico projeto “Embaixadores da Marca”.

A presidente do Conselho de Administração da Coopnore Unicred, Margot Virgínia Silveira de Souza, enfatizou que a cooperativa nasceu com um propósito claro: não ser apenas mais uma instituição de mercado, mas sim, uma instituição construída pela e para a classe.

“A Coopnore não vende produtos e serviços fi-

nanceiros, ela vende segurança financeira para quem entrega segurança jurídica para toda a sociedade”. Ela ressaltou que a história da cooperativa “se mede em vidas, em confiança, em pertencimento”, e que a instituição se orgulha de sua essência. “A classe cuida do país e nós cuidamos da classe.”

Para projetar os próximos 20 anos, a Coopnore lançou o Projeto Embaixadores da Marca. “Os embaixadores são, antes de tudo, vozes da Coopnore na classe e vozes da classe dentro da Coopnore em cada estado deste país”, declarou Margot.

O objetivo central do projeto é “aproximar, integrar e fortalecer a relação da Coopnore com a classe notarial e registral em âmbito nacional.” Os embaixadores atuarão como pontes vivas, levando a essência da marca e, crucialmente, trazendo de volta “as demandas reais, as necessidades de cooperados, aquilo que a Coopnore precisa ouvir para continuar crescendo.”

O painel culminou com a apresentação e o convite aos embaixadores de cada estado do Brasil. ●



Margot Virgínia de Souza apresentou o novo projeto da Coopnore Unicred, que visa criar “pontes vivas” em cada estado brasileiro, integrando embaixadores que levarão as demandas reais dos Cartórios para dentro da gestão da cooperativa

JUSTIÇA DO TRABALHO

Cartórios e Justiça do Trabalho: especialistas defendem revisão normativa no XXV Congresso da ANOREG/BR

Em painel técnico, juristas, registradores, notários e representantes do CNJ analisaram sucessão trabalhista, ordens judiciais, interinidade e o papel estruturante dos cartórios na execução, na prova e na continuidade dos serviços públicos delegados.



O vice-presidente da CNR e da ANOREG/BR, Marcelo Lima Filho, conduz painel histórico sobre a relação entre o setor extrajudicial e a Justiça do Trabalho

Em uma discussão técnica e importante, o XXV Congresso da ANOREG/BR & VIII Concato, realizado em Brasília (DF), o Painel 3 – “O Extrajudicial e a Justiça do Trabalho” reuniu especialistas para tratar de temas sensíveis e crescentemente relevantes para notários e registradores: sucessão trabalhista, ordens judiciais trabalhistas, interinidade, averbação premonitória, responsabilidade civil e a interlocução tecnológica entre cartórios e magistrados.

A mesa foi conduzida pelo vice-presidente da CNR e da ANOREG/BR, Marcelo Lima Filho, que

destacou a escolha inédita do debate. “Não tenho na lembrança outro evento em que o Direito do Trabalho tenha sido tratado com esse enfoque dentro da atividade registral”. Para ele, sucessão, ordens judiciais imprecisas, provisionamento de verbas e integração com o CNJ colocam o tema no centro das preocupações da categoria.

Primeiro palestrante a se apresentar, o advogado e especialista em Direito do Trabalho Isaías Diniz Nunes contextualizou a transformação das relações entre Judiciário e a atividade extrajudicial. Para ele, os Cartó-

rios deixaram de ser vistos como meros espaços burocráticos e se tornaram estruturantes para a construção da verdade jurídica e para a efetividade das execuções.



Para o advogado Isaías Diniz Nunes, a eficácia do Judiciário depende diretamente do setor extrajudicial

“A verdade pode até nascer no Judiciário, mas ela se forma no extrajudicial.”

O advogado observou que a digitalização e a integração de sistemas romperam o antigo paradigma de judicialização total. “É uma nova realidade. O processo judicial precisa caminhar junto com o extrajudicial, senão ele não se realiza por inteiro”. Ao abordar a averbação premonitória, mecanismo que fortalece a preservação dos créditos trabalhistas, foi categórico. “Registrar desde o início protege o credor e evita discussões futuras sobre fraude à execução”.

Explicou ainda que a integração entre Justiça e cartórios já mudou a dinâmica da execução. “A execução trabalhista caminha para uma automatização com buscas inteligentes, interoperabilidade e comunicação direta com os Cartórios”. Ele também destacou a relevância da ata notarial e da escritura declaratória como instrumentos modernos de apoio à prova no processo do trabalho: “A ata notarial é fundamental para dar validade à prova digital empregada no processo trabalhista.”

Registrador de imóveis no Rio de Janeiro e professor da ENNOR, Alexis Cavicchini trouxe a visão dos serviços imobiliários, abordando de forma direta o alto volume de ordens que chegam diariamente ao Registro de Imóveis. Iniciou afirmando. “A qualificação registral é o âmago da atividade do registrador imobiliário.”

Cavicchini descreveu a tensão recorrente entre ordens judiciais trabalhistas e os princípios registrais, sobretudo o da continuidade. “Recebemos ordens de penhora e indisponibilidade sobre imóveis que não estão em nome do executado. O princípio da continuidade não pode ser ignorado.”

O registrador criticou a falta de compreensão mútua entre os sistemas. “A Justiça do Trabalho fala outra linguagem. É preciso traduzir o que fazemos para que nossas notas sejam compreendidas”. Para ele, não basta uma nota devolutiva sucinta. “Uma nota devolutiva deve ser acompanhada de um ofício explicando claramente por que aquele ato não pode ser praticado. Só assim construímos diálogo”.

Ao final também alertou que os concursos e a formação jurídica não preparam adequadamente os profissionais para lidar com demandas trabalhistas.



Guilherme Feliciano alertou para a insegurança jurídica que surge quando os contratos de trabalho permanecem ativos após a morte ou perda de delegação do titular

“Não se cobra Direito do Trabalho nos concursos de cartório, mas somos inundados por ordens trabalhis-

Ao comentar o PL 10.30/2024, que propõe regras específicas para sucessão e solidariedade, afirmou



Cavicchini alertou para o conflito entre ordens trabalhistas imprecisas e o princípio da continuidade, defendendo que o registrador não deve apenas negar atos, mas explicar tecnicamente as razões em um diálogo colaborativo com o Judiciário

tas todos os dias.”

O conselheiro do CNJ e desembargador do TRT-15, Guilherme Feliciano, apresentou uma radiografia das principais tensões jurídicas envolvendo sucessão trabalhista e interinidade nos Cartórios. Logo no início, Feliciano resgatou a evolução interpretativa. “A responsabilidade trabalhista é pessoal do notário ou registrador, e não da serventia.”

A partir daí, introduziu o tema que chamou de “limbo trabalhista”, situação que ocorre quando há vacância, mas os contratos de trabalho permanecem ativos. “O empregador pode desaparecer — por morte ou perda da delegação — mas o contrato de trabalho permanece. Isso produz um vazio normativo que precisamos enfrentar”.

O conselheiro alertou que o interino, embora remunerado dentro do teto constitucional, pode ser responsabilizado de maneira ilimitada. “O rendimento do interino é limitado ao teto, mas a responsabilidade trabalhista é ilimitada. É um paradoxo que afasta candidatos e ameaça a continuidade do serviço”.

Feliciano também apresentou divergências jurisprudenciais entre TRTs sobre a responsabilização do interino e citou decisão recente que reconhece a responsabilidade direta do Estado pela remuneração de empregados em situação de vacância.

que a legislação precisa ser ajustada para proteger trabalhadores, delegatários e a continuidade dos serviços. “O ideal é uma solução legislativa que harmonize regimes, preserve direitos e defina responsabilidades com clareza”.

Encerrando, citou Rui Barbosa ao defender urgência na pacificação do tema. “Justiça tardia não é justiça, mas injustiça qualificada e manifesta.”

O Painel 3 consolidou-se como um dos debates mais profundos do Congresso, revelando pontos críticos da relação entre extrajudicial e Justiça do Trabalho e reforçando a urgência de: integração técnica e tecnológica, diálogo institucional entre magistrados e delegatários, formação jurídica especializada, segurança normativa para interinos e titulares e aperfeiçoamento legislativo sobre sucessão trabalhista.

Um encontro de alto nível que reforçou o papel estratégico dos Cartórios na eficácia da justiça brasileira. ●

DELEGAÇÃO, INDEPENDÊNCIA E EFICIÊNCIA



Em sua fala, Benício destacou que os delegatários atuam como agentes públicos com a agilidade do setor privado, garantindo neutralidade e segurança jurídica em atos fundamentais para a sociedade e o mercado

Delegação, imparcialidade e função pública: painel do XXV Congresso da ANOREG/BR reforça o papel constitucional do extrajudicial

Ministro Sérgio Kukina, Lana Borges e Hércules Benício discutem a natureza jurídica da delegação, sua eficiência reconhecida pelo STF, a segurança jurídica e a função social dos serviços notariais e registrais no Brasil.

O XXV Congresso da ANOREG/BR & VIII Concart debateu o painel sobre Delegação, Independência e Eficiência da Atividade Notarial e Registral, conduzido pelo tabelião e registrador do Distrito Federal Hércules Alexandre da Costa Benício que, em sua fala inicial, contextualizou a peculiaridade do modelo brasileiro, ressaltando que os delegatários ocupam uma posição constitucional única — simultaneamente pública e privada — que garante segurança jurídica e eficiência ao país.

“Somos agentes públicos em colaboração com o Estado, mas atuamos com a eficiência e a velocidade do setor privado”.

Ao explicar a natureza da delegação, lembrou que emolumentos não têm natureza pública e que a fiscalização exercida pelo Poder Judiciário impede qualquer confusão com modelos puramente privados. Citou, ainda, decisões do STF nas ADIs 7600, 7601 e 7608, que reconheceram a legitimidade dos ofícios registrais para a desjudicialização da busca e apreensão, reforçando a credibilidade institucional do extrajudicial. “Não dá para confundir registradores e notários com empresas conveniadas; a credibilidade e a neutralidade são essenciais para a segurança jurídica”.

Já o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sérgio Kukina, trouxe ao público uma visão sen-

sível e humana da evolução do extrajudicial brasileiro. Contando histórias pessoais e lembranças de sua traje-



Em sua palestra em Brasília, a ex-procuradora Lana Borges relembrou decisões históricas do STF, como a constitucionalidade do protesto de CDAs, para ilustrar a superioridade da eficiência extrajudicial frente às execuções fiscais tradicionais

tória no Ministério Público, destacou a confiança histórica que a população deposita nos Cartórios, desde o registro de nascimento até a escritura de um imóvel. “Sempre me sinto acolhido e seguro ao ser atendido nas unidades cartoriais.”

O magistrado relatou experiências recentes com o e-Notariado, elogiando a agilidade e conforto da plataforma que o permitiu formalizar atos sem sair do gabinete. O ministro também abordou desafios como deepfakes, desinformação e o papel preventivo dos Cartórios diante da crescente complexidade tecnológica: um contraponto confiável em tempos de risco digital.

Por sua vez, a jurista e ex-procuradora da Fazenda Nacional Lana Borges encerrou o painel com uma fala sólida e estrutural sobre a segurança jurídica, econômica e comunitária gerada pelos serviços extrajudiciais. Para ela, a delegação não se esgota na formalidade do registro: ela protege a sociedade de assimetrias, fraudes, desigualdades e litígios desnecessários. “A eficiência só pode ser garantida diante de um serviço prestado com imparcialidade e obediente aos princípios constitucionais”.

Lana Borges destacou ainda que os Cartórios entregam segurança negocial diária a um país marcado por vulnerabilidades socioeconômicas. Relembrou

decisões emblemáticas do STF, como a ADI 5135, que reconheceu a constitucionalidade do protesto de CDA e sua eficiência muito superior à execução fiscal. A jurista também destacou o papel profilático do extrajudicial, que reduz litígios e desafoga o Judiciário. “Vida longa aos serviços extrajudiciais. Este país precisa da eficiência que vocês entregam todos os dias”.

Para finalizar o painel Hércules Benício ressaltou a função do extrajudicial na redução de assimetrias informacionais, especialmente na transmissão imobiliária e no assessoramento imparcial ao usuário, inclusive quando recomenda a não realização de um ato: demonstração prática de que a neutralidade e a segu-



Em painel sobre a eficiência da atividade notarial, o ministro Sérgio Kukina ressaltou o sentimento de acolhimento e segurança que as unidades cartoriais transmitem à população

rança jurídica são indissociáveis da função delegada. A discussão foi encerrada sob aplausos, reafirmando a solidez institucional, a relevância pública e o impacto social do extrajudicial brasileiro. ●

A natureza pública da delegação e o futuro do extrajudicial: reflexões no XXV Congresso da ANOREG/BR



Em sua fala, Benício destacou que os delegatários atuam como agentes públicos com a agilidade do setor privado, garantindo neutralidade e segurança jurídica em atos fundamentais para a sociedade e o mercado

A registradora de imóveis Ana Cristina Maia e o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo examinaram a estrutura jurídica do modelo previsto no artigo 236 da Constituição Federal.

O XXV Congresso da ANOREG/BR & VIII Concart realizou, em Brasília, um painel dedicado à discussão sobre a natureza pública da atividade notarial e registral, sua autonomia administrativa e os parâmetros constitucionais que re-

gem a delegação no Brasil. A mesa reuniu a registradora de imóveis Ana Cristina Maia e o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, que examinaram a estrutura jurídica do modelo previsto no artigo 236 da Constituição Federal.

Na abertura, Ana Cristina contextualizou que a atividade notarial e registral é uma função estatal exercida por particulares mediante delegação, sujeita à fiscalização permanente do Poder Judiciário. Destacou que a autonomia administrativa e financeira não constitui benefício ou privilégio, mas ferramenta necessária para assegurar continuidade, eficiência e regularidade dos serviços prestados

à população.

Segundo ela, “a autonomia de gestão não é um privilégio; é o que garante a execução adequada do serviço público que chega ao cidadão”.

A registradora explicou que a Lei nº 8.935/94 estruturou o regime

"O serviço notarial e registral no Brasil é uma atividade estatal exercida por particulares, mas essencialmente estatal. Quem não sabe dialogar com a sociedade perece."

José Eduardo Cardozo

de delegação com mecanismos que permitem ao delegatário organi-



Em sua fala, Ana Cristina defendeu que a autonomia administrativa das serventias não é um privilégio, mas a ferramenta essencial que garante a continuidade, os investimentos tecnológicos e a qualidade do serviço público entregue diretamente ao cidadão

zar o funcionamento da serventia, contratar equipes, realizar investimentos e implementar rotinas de atendimento. Ressaltou que essa autonomia está condicionada ao interesse público e não afasta deveres como cumprimento de horários, manutenção de estrutura adequada, observância de normas técnicas e atendimento contínuo, independentemente de interinidade. Chamou atenção para as limitações enfrentadas por interinos, especialmente no que se refere a investimentos em modernização tecnológica, e observou que “o usuário não distingue delegatário de interino; ele apenas necessita do serviço”.

Em seguida, José Eduardo

Cardozo explicou que o serviço notarial e registral possui natureza estatal, ainda que seja exercido por particulares, e que essa configuração decorre de um modelo híbrido desenvolvido pelo constituinte de 1988. Afirmou que “o serviço notarial e registral no Brasil é uma atividade estatal exercida por particulares, mas essencialmente estatal”, ressaltando que isso o distingue de concessões de serviços públicos e de atividades privadas em cooperação com o Estado.

Cardozo recuperou elementos históricos da formação do Estado liberal e do Estado social para demonstrar a evolução das relações entre público e privado, destacando que a delegação do serviço extrajudicial representa uma das formas contemporâneas de execução indireta de função pública. Defendeu que o modelo combina responsabilidades estatais, gestão privada e controle judicial, produzindo uma configuração que exige permanente diálogo institucional e rigor técnico na aplicação das normas. Em sua exposição, também alertou para a necessidade de fortalecimento da interlocução com a sociedade: “Quem não sabe dialogar com a sociedade perece”, observando que a falta de compreensão sobre a natureza da delegação favorece distorções de percepção e questionamentos inadequados sobre sua legitimidade.

O ex-ministro tratou ainda da importância de enfrentar preconceitos históricos dirigidos à atividade e enfatizou que o cumprimento rigoroso dos deveres funcionais é fundamental para preservar a credibilidade do sistema, evitando que infrações pontuais sejam interpretadas como características

estruturais. Defendeu que o futuro da atividade depende da capacidade de modernização, do aprimoramento de práticas internas, da aproximação com universidades e da produção de conhecimento técnico que consolide o papel do extrajudicial na administração pública.

Ao final, Ana Cristina agradeceu a participação e observou que os pontos apresentados reforçam a necessidade de continuidade



O ex-ministro da Justiça destacou a credibilidade do sistema notarial e de registro depende da união entre dever profissional, produção técnica acadêmica e inovação interna.

da agenda institucional voltada à segurança jurídica e à melhoria dos serviços oferecidos. O painel foi encerrado com foco na afirmação do modelo constitucional brasileiro e na importância de sua correta compreensão para o fortalecimento da atividade. ●

REMUNERAÇÃO DIRETA

Emolumentos, sustentabilidade e regime constitucional: painel debate equilíbrio econômico-financeiro no XXV Congresso da ANOREG/BR

Painel reúne professor Heleno Taveira Torres, Moema Locatelli e Naurican Lacerda para analisar o regime jurídico das taxas, a estrutura de remuneração dos serviços extrajudiciais e a necessidade de fonte de custeio para gratuidades.



Naurican Lacerda debateu o impacto das gratuidades sem fonte de custeio na sustentabilidade das serventias, especialmente em pequenas comarcas

O XXV Congresso da ANOREG/BR & VIII Concart realizou um painel destinado à análise do regime constitucional dos emolumentos, da remuneração dos delegatários e das condições necessárias para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos serviços notariais e registrais. A mesa contou com explanações de Moema Locatelli Belluzzo, Naurican Lacerda e do professor titular da Universidade de São Paulo (USP), Heleno Taveira Torres, que examinaram o tema sob perspectiva jurídica, tributária e institucional.

Moema Locatelli, diretora da ANOREG/BR, abriu o debate contextualizando que os emolumentos possuem natureza de taxa, o que implica observância rigorosa ao regime tributário. Destacou que o sistema extrajudicial executa diariamente políticas públicas determinadas por lei — como atos gratuitos e obrigações administrativas — mas que tais políticas precisam ser acompanhadas de fonte de custeio adequada. Ressaltou que o aumento de gratuidades

sem compensação compromete o funcionamento das serventias e afeta diretamente a continuidade dos serviços. “Exercemos políticas públicas diariamente, mas políticas públicas precisam ser remuneradas de forma adequada”.

Em seguida, Naurican Lacerda apresentou dados operacionais sobre a composição dos valores pagos pelos usuários, destacando que boa parte do montante é composta por repasses obrigatórios ao Estado e a fundos diversos, não correspondendo à remuneração do delegatário. Explicou que distorções entre tabelas estaduais e a imposição de novos atos gratuitos sem previsão orçamentária geram impactos significativos, sobretudo em comarcas pequenas e em regiões com custos logísticos elevados. “A população precisa compreender que parte expressiva do valor pago no balcão não corresponde ao cartório, mas a repasses legais”, ressaltando a necessidade de maior transparência sobre a estrutura dos emolumentos.



A diretora da ANOREG/BR, Moema Locatelli Belluzzo, abriu o debate sobre o equilíbrio econômico das serventias no XXV Congresso nacional da categoria

Já o professor Heleno Taveira Torres concentrou sua exposição na definição constitucional dos emolumentos e na interpretação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal. Lembrou que a Constituição de 1988 vinculou a cobrança de emolumentos à natureza tributária de taxa, o que exige lei específica para instituir valores, reduções ou isenções, nos termos do art. 150, §6º. Observou que, ao longo dos últimos anos, diversas gratuidades passaram a ser fixadas por atos infralegais ou por decisões administrativas, sem respaldo constitucional, o que compromete a sustentabilidade do sistema.

Em seguida, destacou que “os emolumentos são taxas e só podem sofrer isenções ou reduções por lei específica do ente instituidor”, e destacou que gratuidades sem fonte de custeio violam princípios básicos do regime tributário. Para o professor, a remuneração por emolumentos é parte essencial do modelo constitucional, pois permite a manutenção contínua de um serviço público delegado sem transferência de seus custos ao orçamento geral do Estado.

Torres também ressaltou a importância do equilíbrio econômico-financeiro como base para a segurança jurídica e para a eficiência do serviço prestado ao cidadão. Segundo ele, o modelo brasileiro exige investimentos permanentes em tecnolo-

gia, segurança da informação, formação de equipes e infraestrutura física, o que só é possível se houver estabilidade normativa e observância estrita do regime legal. Em sua análise, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro das serventias é condição necessária para que o extrajudicial cumpra sua função pública com regularidade e abrangência.

O painel foi concluído com a afirmação de que a estrutura constitucional da remuneração por emolumentos, quando corretamente aplicada, concilia sustentabilidade, segurança jurídica e prestação contínua do serviço. Os participantes reforçaram que o respeito ao regime tributário é indispensável para o fortalecimento institucional da atividade e para a manutenção da qualidade do atendimento à população. ●



Em painel técnico em Brasília, o jurista Heleno Taveira Torres defendeu que a preservação da saúde financeira das serventias é condição essencial para a segurança jurídica

IX PRÊMIO RARES-NR

DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



PRÊMIO RARES

IX Edição do Prêmio Rares-NR reconhece iniciativas que unem sustentabilidade e impacto social nos Cartórios brasileiros

Tema deste ano foi “Cuidar do planeta, transformar vidas: cartórios que fazem a diferença!”



Projetos Destaques reuniram Cartórios que se engajaram em causas ambientais, educacionais, sociais e culturais

Na noite do dia 26 de novembro, notários e registradores de todas as regiões do país se reuniram em Brasília (DF) para celebrar mais uma edição do Prêmio Rares-NR de Responsabilidade Socioambiental que destaca práticas sustentáveis e ações transformadoras no âmbito dos serviços extrajudiciais.

Com o tema “Cuidar do planeta, transformar vidas: cartórios que fazem a diferença!”, o evento homenageou projetos que comprovam, na prática, que os cartórios são espaços de cidadania, responsabilidade ambiental e compromisso social.

O prêmio foi entregue pelo presidente da ANO-

REG/BR e CNR, Rogério Portugal Bacellar, e pela ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça Maria Tereza Uille Gomes.

A edição de 2025 destacou iniciativas que, cada uma a seu modo, revelam como pequenas ações diárias podem gerar grandes mudanças em suas comunidades. Este ano, os Projetos Destaques reuniram Cartórios que se engajaram em causas ambientais, educacionais, sociais e culturais, reforçando o papel essencial das serventias enquanto agentes de desenvolvimento. ●

Veja a lista dos ganhadores:

- **Cartório do Único Ofício de Curionópolis/PA** – Projeto Presenças: ações que revitalizam o ambiente natural e transformam o cotidiano da serventia.
- **1º Tabelionato de Notas e Protesto de Palhoça/SC** – Campanha permanente de coleta de resíduos eletrônicos: mobilização contínua para o descarte correto e consciente.
- **3º Registro de Imóveis de Belém/PA** – Projeto Casa Delas: iniciativa dedicada ao acolhimento e valorização de mulheres.
- **1º Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Protestos de Goiânia/GO** – Projeto Asas: suporte social e incentivo à autonomia de comunidades vulneráveis.
- **2º Serviço Notarial e Registral Nesken/MT** – Projeto Campo Verde Mais Verde: plantio e cuidado com áreas ambientais do município.
- **Tabelionato de Protesto de Ariquemes/RO** – Projeto Sabadão Solidário – Vale do Jamari: ações sociais e ambientais integradas à comunidade local.
- **Tabelionato de Protestos de Títulos de Contagem/MG** – Programa Cartório Verde: práticas contínuas de sustentabilidade dentro e fora da serventia.
- **1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cotriguaçu/MT** – Projeto Bosque das Águas: o cartório como agente de transformação ambiental.
- **Koerner Tabelionato de Notas e Protesto/BA** – Projeto Juntos pelo Amanhã: mobilização comunitária por um futuro socialmente mais justo.
- **Cartório Leandro Félix – GO** – Sementes do Amanhã: formação de valores e educação ambiental voltada às novas gerações.
- **Serventia Registral de Vitória de Santo Antão/PE** – Projeto Transformar: ações sociais e ambientais que impactam diretamente a comunidade local.
- **2º Ofício Tabelionato de Notas do Juízo de Vitória da Comarca da Capital – ES** – Projeto Menos Filhotes, Mais Cuidados: iniciativa voltada ao bem-estar animal e à promoção de responsabilidades compartilhadas.

CATEGORIA ENTIDADE – VENCEDORES 2025

- **3º lugar** – Colégio Notarial do Brasil – Seção Paraná
Projeto: Um Gesto, Oito Vidas!
- **2º lugar** – Associação dos Notários e Registradores do Estado do Mato Grosso
Projeto: Cartório Amigo
- **1º lugar** – Associação dos Notários e Registradores do Estado do Amazonas
Projeto: Anoreg Mil

CATEGORIA CARTÓRIOS – VENCEDORES 2025

- **3º lugar** – Registro de Imóveis da 1ª Zona de Fortaleza/CE
Projeto: 1º RI Sustentável
- **2º lugar** – Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Ribeirão Pires/SP
Projeto: Cartório Verde – Guardiões do Futuro
- **1º lugar** – Ofício de Registro de Imóveis de Cachoeira do Sul/RS
Projeto: Tekoá Araxaty – Registrar para Preservar



O presidente da ANOREG/BR e CNR, Rogério Portugal Bacellar, e a ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça Maria Tereza Uille Gomes, fizeram a entrega dos prêmios

PRÊMIO GPTW



O ranking do GPTW é voltado para Ofícios Extrajudiciais de pequeno, médio e grande porte

Parceria da CNR com o GPTW certifica os Melhores Cartórios para Trabalhar no Brasil

**Vinte e três serventias foram contempladas com a
premiação; um aumento de 64% em relação ao número de
Cartórios premiados na primeira edição do ranking**

Pessoas no centro dos negócios. Com esse propósito, a parceria da Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) com o Great Place to Work (GPTW) certificou os 23 Melhores Cartórios para Trabalhar no Brasil em 2025. A premiação foi entregue, em Brasília, durante a VIII Conferência Nacional dos Cartórios (CONCART) e o XXV Congresso da Associação de Notários e Registradores do Brasil (ANOREG/BR), o principal evento nacional do setor Extrajudicial. O número de estabelecimentos contemplados neste ano aumentou 64% em relação à primeira edição do

ranking, que contou com 14 Cartórios.

“O crescimento expressivo do número de inscritos no programa demonstra o comprometimento cada vez maior dos Cartórios brasileiros com a excelência no ambiente de trabalho”, afirmou o presidente da CNR e da ANOREG/BR, Rogério Portugal Bacellar. Segundo ele, “a preocupação dos notários e registradores em adotar práticas que proporcionam um espaço saudável de trabalho se reflete em maior satisfação e produtividade dos seus colaboradores e, consequentemente, na eficiência e qualidade dos

serviços prestados à população, trazendo um impacto positivo para toda a sociedade”.

Para a CEO do GPTW Brasil, Tatiane Tiemi, “o ranking Melhores Cartórios para Trabalhar simboliza nossa missão na prática: de construir uma sociedade melhor, transformando cada empresa (independentemente do tamanho, setor ou localização) em um excelente lugar para trabalhar para todas as pessoas”. Tatiane ressalta que, no segmento de Cartórios, em especial, é possível enxergar de forma mais direta o efeito deste trabalho na ponta. “Afinal, quando o colaborador de um

Cartório faz parte de um ambiente de confiança, ele se sente mais engajado. Esse engajamento se traduz em produtividade e atendimento de excelência com o público final. Por fim, esse atendimento especial gera resultados para seu negócio, contribuindo diretamente para o desenvolvimento da nossa sociedade”, avalia.

De acordo com Maria Aparecida Bianchin, diretora da CNR e da ANOREG/BR, de 2024 para 2025 aumentou bastante o número de Cartórios que investem em sistemas de gestão interna ba-

seados em critérios de excelência. “Os Cartórios são responsáveis por milhões de atos digitais todos os anos. Gerenciar um Cartório é um desafio que exige não apenas conhecimento jurídico, mas também competências administrativas, de gestão de pessoas e conformidade com diversas normas trabalhistas e regulatórias”, aponta, citando como exemplo normas técnicas de gestão e certificações internacionais, como as ISOs 15906, 27001 e 9001, e ainda a NBR 15906, norma brasileira de gestão de serviços Notariais e Registrais.

Critérios

O ranking do GPTW é voltado para Ofícios Extrajudiciais de pequeno, médio e grande porte, com CNPJ registrado no setor de Cartórios, que se inscrevem no site do GPTW. A pesquisa do GPTW funciona a partir de um questionário quantitativo para entender a satisfação dos funcionários. Após

essa etapa, é realizada uma outra série de perguntas com objetivo de certificar e ranquear os Ofícios Extrajudiciais. A parceria com a CNR tem por objetivo mostrar o quanto os Cartórios estão alinhados às tendências de entender o colaborador como peça-chave no sucesso das organizações. ●

Lista dos 23 Melhores Cartórios para Trabalhar 2025

- 1ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais da Capital do Rio De Janeiro/RJ
- 1º Ofício de Registro de Imóveis de Criciúma/SC
- 1º Registro de Imóveis de Joinville
- 1º Serviço de Registro de Imóveis de Londrina
- 2º Registro de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
- 2º Serviço de Registro de Imóveis de Londrina
- Cartório 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte
- Cartório 1º Ofício de Santa Luiza Registro de Imóveis e Tabelionato de Protesto
- Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Paço de Lumiar
- Cartório 1º Protesto RTDPJ de Goiânia
- Cartório Bruno Quintiliano
- Cartório de Balsas – 2º Ofício
- Cartório de Registro de Imóveis de Taiobeiras/MG
- Cartório de 1º Ofício 2ª Zona da Serra
- Cartório do 2º Ofício de Notas de Montes Claros/MG
- Cartório Leandro Félix
- Cartório Quinze
- Cartório Reis Cotas Registro de Imóveis 1ª Circunscrição
- Cartório Silva
- Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu
- Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros
- Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Goiânia
- Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca de Içara

TOKENIZAÇÃO

Tokenização no mercado imobiliário precisa do cartório como “hub de confiança”, defendem especialistas no congresso da ANOREG/BR



O advogado Marcos Oliveira ressaltou que os Cartórios devem ser o ponto de apoio do sistema financeiro na modernização da economia.

A tokenização de ativos imobiliários e financeiros só será sustentável no Brasil se for “colonizada” pelos princípios do Direito e ancorada no sistema registral, especialmente no Registro de Imóveis. Essa foi a síntese do painel “A tokenização no mercado imobiliário e financeiro brasileiro”, que abriu o último dia do XXV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro (Congresso da ANOREG/BR) e da VIII Conferência Nacional dos Cartórios (CONCART).

O painel contou com a participação de Juan Pablo, presidente do Operador Nacional do Serviço Eletrônico de Imóveis (ONR), Marcos Oliveira, advogado e consultor especialista em Cartórios), Marcos Mares Guia, advogado e doutorando pela UnB e Lucas Carapiá, advogado e especialista em sistemas digitais,

blockchain e Drex.

Abrindo o debate, Marcos Oliveira, advogado que atua na representação de tabelionatos de protesto diante do sistema financeiro, lembrou que a discussão sobre tokenização não é tão recente quanto parece.

Segundo ele, o Brasil já convive com um ambiente regulado de títulos eletrônicos, como as duplicatas escriturais, com impacto direto sobre os Cartórios de protesto. “Nós já estamos falando hoje, no âmbito desse segmento, de um mercado já regulado e de um mercado onde já tem a figura dos seus registradores, escrituradores e duplicatas escriturais”, pontuou.

Ele destacou que, do outro lado da mesa, está um cliente poderoso e exigente: o sistema financeiro. “O mercado quer saber o que é mais barato e mais efi-



Durante painel sobre mercado financeiro, Marcos Mares Guia alertou que a inovação não pode ser opaca e deve respeitar a publicidade registral para garantir segurança jurídica

ciente, porque é tudo urgente. A liquidação é em tempo real. O PIX está aí e ninguém quer saber de voltar ao que não era o PIX”, afirmou.

Para Marcos Oliveira, negar a modernização é inviável – a questão é como posicionar os Cartórios nesse novo ambiente. “Remar contra isso é perda de tempo, é ineficiência”, resumiu, reforçando que o desafio é “entender as necessidades do mercado” sem abrir mão da segurança jurídica.

Já Marcos Mares Guia, advogado, especialista em Direito Empresarial e Administrativo e doutorando pela UnB, chamou atenção para a euforia em torno de blockchain, web3 e tokenização. Para ele, quando se fala em tokenização imobiliária, é indispensável distinguir direitos obrigacionais (contratos, “contratos de gaveta digitais”) de direitos reais (propriedade efetivamente registrada).

Ao comentar a polêmica resolução do COFECI/COFESI sobre transações imobiliárias digitais – suspenso judicialmente – Mares Guia foi enfático ao criticar a tentativa de criar um “sistema paralelo” à margem dos registros públicos. “Essa resolução, embora anunciasse tratar de regulação de profissão, extravasou

sua competência e instituiu um verdadeiro sistema de transações imobiliárias digitais, inclusive com figuras de trust, agente de custódia e regras de direito civil. Ela prometia facilitar as transações, mas na prática criava um sistema opaco, à margem da publicidade registral.”

Em contraponto, ele avaliou que o PL 4.438/2025, que trata da tokenização de imóveis, caminha em direção mais segura ao reafirmar a centralidade dos registros públicos. “Não vou dizer que o projeto é perfeito, mas, entre a história que oferece um sistema paralelo e a lógica que parte da ‘matrícula tokenizada’ dentro do sistema registral, o PL talvez seja uma direção mais acertada”, ponderou.

“A ideia não é refutar a tecnologia, mas colonizá-la com juridicidade, achar um ponto de equilíbrio entre segurança jurídica — que é o produto da atividade notarial e registral — e as soluções tecnológicas.”

Na sequência, Juan Pablo, presidente do Operador Nacional dos Registros (ONR), levou o debate para o núcleo constitucional da questão: o direito de



Juan Pablo, presidente do ONR, defendeu a centralidade do registro de imóveis na era digital

propriedade.

“Para falar de tokenização imobiliária, a gente precisa falar de direito de propriedade. Ele é direito fundamental, está no artigo 5º da Constituição e também como princípio da ordem econômica no artigo 170. Não é qualquer coisa”, afirmou.

Ele lembrou que a própria Constituição reserva aos registradores de imóveis e aos notários a competência para a formalização e a transferência da propriedade imobiliária, e destacou o papel do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), operado pelo ONR e fiscalizado pelo CNJ.

“Direito de propriedade não é o clique que vai resolver. Nós fazemos qualificação jurídica, fiscalizamos tributos, analisamos direito de família, sucessões, garantias, aspectos ambientais. Uma rede blockchain, sozinha, ainda não consegue contemplar essa complexidade”, afirmou.

Sobre o modo como parte do mercado tenta vender a ideia de tokenização da “propriedade digital”, ele foi direto. “Há uma confusão enorme. A tokenização não acontece no âmbito registral; ela acontece no mercado, num nível obrigacional. O direito real é sagrado, não se mexe assim. Ele fica parado na matrícula. Tokenizar é mexer no nível obrigacional, não no direito real”.

Para ele, a tokenização pode e deve avançar, mas dentro do modelo constitucional e legal já existente. “Nós entendemos que a tokenização pode avançar pelo ONR, com base na Lei 13.465, devidamente regulamentada pelo CNJ, integrando mundo digital e mundo registral, com a devida segurança jurídica. O registro de imóveis não é o abacaxi do quadro do Silvío Santos para ser trocado por uma promessa tecnológica”, ironizou, lembrando o famoso quadro de TV: “Você troca o registro de imóveis pelo abacaxi? Nós entendemos que não.”

Fechando o painel, Lucas Carapiá, advogado criminalista, especialista em sistemas digitais, criptoativos, Drex e compliance, buscou “dar alguns passos atrás” para explicar a arquitetura tecnológica que sustenta toda essa discussão.

“Antes de chegar no token, vem a blockchain. É ela que viabiliza essa comunicação ‘peer to peer’ sem intermediário e que coloca em xeque modelos tradicionais centralizados de regulação”, explicou.

Ele destacou que a tecnologia blockchain e as finanças descentralizadas (DeFi) representam um desafio gigantesco aos modelos regulatórios, mas já são uma realidade irreversível:

“Não dá pra não usar a blockchain mais. Blockchain não é tecnologia de porão. O Banco Central já desenvolve blockchain, a CVM já desenvolve, o setor notarial e registral está conectado a isso. A questão não é se vamos usar, mas como vamos usar.”

Para Carapiá, o ponto crítico não está apenas na existência do token, mas na qualidade da informação que entra na rede. “A grande questão é: quem põe a informação lá dentro? Como eu sei se aquela garantia é o que diz ser? A confiança não está só no código, está em



Lucas Carapiá explicou que o desafio da tokenização não é o código, mas a qualidade e a veracidade da informação que entra na rede.

quem fornece o dado. E aí o Cartório tem tudo a ver com isso, porque é o ‘hub’ da economia real”, afirmou.

Ele lembrou ainda o avanço do ambiente regulatório brasileiro — com Banco Central, CVM, Receita Federal, CNJ e COAF atuando em paralelo — e reforçou o protagonismo dos cartórios em um mercado cada vez mais lastreado em crédito.

Ao final, os quatro painelistas convergiram na mesma mensagem central: não se trata de negar a tokenização ou a digitalização, mas de garantir que elas sejam incorporadas dentro das balizas constitucionais, legais e institucionais dos registros públicos, especialmente com o ONR como infraestrutura nacional de interoperabilidade.

Nas palavras de Marcos Oliveira, o registrador e o tabelião são o ponto de apoio que o mercado financeiro procura. “O grande diferencial é ter, do outro lado, uma plataforma com delegatários responsáveis, que mitigam risco. Esse ‘ramo de confiança’ entre Cartórios, sistema financeiro e plataformas tecnológicas pode ser transformador para a política monetária de ativos reais com liquidação imediata e segurança jurídica absoluta”, concluiu. ●

ELLAS

Projeto ELLAS mostra força do protagonismo feminino e homenageia mulheres no Congresso da ANOREG/BR

Com a presença da ministra Márcia Helena Lopes e da ex-PGR Raquel Dodge, debate em Brasília reforça a necessidade de unir o sistema extrajudicial e o poder público para romper ciclos de violência e vulnerabilidade social.



Para a ex-procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a independência financeira é pilar essencial para o exercício pleno dos direitos das mulheres

O enfrentamento à violência de gênero, a independência econômica das mulheres e o papel social dos Cartórios estiveram no centro do painel “Projeto ELLAS e sua Evolução”, realizado no dia 27 de novembro, durante o XXV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro (Congresso da ANOREG/BR) e a VIII Conferência Nacional dos Cartórios (CONCART), em Brasília.

O painel foi conduzido por Fabiana Aurich, presidente da ANOREG/ES), Ionara Gaioso, tabeliã de Protesto e vice-presidente do IEPTB, e Karoline Cabral, registradora de imóveis e presidente da RIB/BA), e contou com a participação da ministra das Mulheres, Márcia Helena Lopes, da ex-Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, além de lideranças femininas ligadas ao Projeto ELLAS e ao Projeto Amarajó.

Convidada especial do painel, a ex-procuradora-geral da República fez uma reflexão contun-

dente sobre a realidade brasileira. Ela lembrou que o país figura entre as maiores economias do mundo, mas ainda carrega índices alarmantes de desigualdade – especialmente para as mulheres.

“Apesar desta evolução de direitos e liberdades, as mulheres ainda continuam vítimas de muita violência física, psicológica, institucional e burocrática”, afirmou.

Raquel destacou o papel estratégico de iniciativas como o Projeto ELLAS e o Projeto Amarajó, que unem o sistema extrajudicial a ações concretas de promoção da dignidade feminina, especialmente em áreas de extrema vulnerabilidade, como a Ilha do Marajó.

“A independência financeira das mulheres é, ao lado da norma que assegura igualdade de direitos e liberdades, um elemento muito importante para o próprio exercício dos direitos”, ressaltou, ao comentar a proposta do projeto de oferecer formação pro-



A vice-presidente do IEPTB, Ionara Gaioso, defende que a capacitação profissional oferecida pelo Projeto Amarajó é a “chave da porta de saída” para mulheres romperem ciclos de violência

fissional e geração de renda para mulheres da região.

Ao falar sobre a presença de mulheres em cargos de poder, Dodge defendeu que a pauta feminina não é “segmentada”. “A agenda de trabalho das mulheres é igual à agenda de trabalho dos homens. A diferença — e a grande contribuição que podemos dar — está no modo distinto como enxergamos a realidade e definimos estratégias de atuação”.

A ministra das Mulheres, Márcia Helena Lopes, também dividiu a mesa e reforçou a importância da articulação entre poder público e iniciativa privada na defesa da vida das mulheres. Ela lembrou que o Brasil convive com números inaceitáveis de violência. “O ano passado tivemos 1.496 feminicídios. Este ano já são mais de 1.100 casos. São, em média, quatro mulheres morrendo por dia por serem mulheres. Nós não podemos achar que isso é normal ou natural”, afirmou.

Márcia destacou o papel capilar dos Cartórios — presentes em praticamente todos os municípios do país — como aliados estratégicos na disseminação de informação, acolhimento e encaminhamento de casos de violência. “Vocês chegam aonde muitas políticas públicas ainda não chegam. Cada Cartório pode ser uma porta de informação, de acolhida e de orientação. Não é só ‘fazer o ato’ e pronto. É compre-

ender o território, a pobreza, as vulnerabilidades que passam pela porta todos os dias”.

A ministra fez ainda um apelo para que a rede extrajudicial ajude a divulgar o Ligue 180 e os serviços de proteção. “Peço que coloquem cartazes, informação visível. O 180 é um serviço qualificado e sigiloso. Sozinhos não vamos dar escala às políticas públicas; precisamos de instituições como a ANOREG e seus Cartórios ao nosso lado”.

Projeto ELLAS e Amarajó

Em tom emocionado e muito próximo do público, a registradora de imóveis e presidente da RIB/BA, Karoline Cabral, apresentou a visão do Projeto ELLAS e sua atuação concreta na Ilha do Marajó, por meio do Projeto Amarajó.

Ela recorreu a uma metáfora para explicar o papel transformador do projeto na vida das mulheres atendidas. “Desde menina eu me imagino como um barquinho no meio do oceano. Às vezes, sozinha, a gente não consegue mudar a direção do barco. E é aí que entram os ventos. Eu não tenho o direito, no grau que consegui chegar, de não tentar ser vento na vida de alguém”, disse.



A ministra das Mulheres reforçou a importância da articulação entre o Estado e a iniciativa privada para garantir a proteção e a vida das brasileiras

Karoline lembrou que o ELLAS não é um projeto “de mulheres para mulheres”, mas um movimento coletivo. “É um projeto de seres humanos por seres humanos. Homens e mulheres olhando para uma realidade dura — de violência, pobreza, exploração — e decidindo ser vento bom para mudar essa rota”, explicou.



Moema Belluzzo reforça o poder da capilaridade dos 13 mil Cartórios brasileiros para entregar resultados concretos em áreas de pobreza extrema e vulnerabilidade

Na sequência, Ionara Gaiosio aprofundou a apresentação do Projeto Amarajó, que vai oferecer capacitação em corte e costura, acolhimento emocional e contraturno para crianças na casa-escola que está sendo implantada em Portel (PA). “Trazer dignidade e independência financeira não resolve tudo de imediato, mas dá pelo menos a chave da porta de saída. Dá a essas mulheres a chance de dizer ‘chega’ e de romper com gerações de violência”, afirmou.

Ionara destacou que todo o avanço inicial do projeto — contratação de equipe técnica, definição do espaço físico, estruturação das atividades — foi possível graças à contribuição de um grupo ainda pequeno de Cartórios. “Com a contribuição de apenas 36 Cartórios, de mais de 13 mil existentes no país, já conseguimos tirar o projeto do papel. Imaginem o que podemos fazer quando estivermos unidos de verdade”, provocou.

Fabiana Aurich evidenciou que o projeto nasce dentro do sistema extrajudicial, mas aponta para fora, em direção à realidade concreta de meninas e

mulheres em situação de extrema vulnerabilidade.

Ao agradecer a presença das convidadas e declarar a categoria à adesão, Fabiana ressaltou que os Cartórios, pela capilaridade e pela confiança social que possuem, têm condições únicas de impulsionar mudanças estruturais. Ela lembrou que iniciativas como o Projeto ELLAS e o Projeto Amarajó não substituem o papel do Estado, mas complementam e pressionam por políticas mais eficazes. Na visão da presidente da ANOREG/ES, cada serventia que se engaja no projeto funciona como um “ponto de apoio” para romper ciclos de violência e desigualdade.

Idealizadora e uma das principais articuladoras do Projeto ELLAS, a presidente da ANOREG/PA e diretora da ANOREG/BR, Moema Locatelli Belluzzo, subiu ao palco para reforçar o espírito do programa, voltado à equidade, liderança, letramento, ações e responsabilidade social.

Ela lembrou que muitas das mulheres presentes no auditório ocupam posições de privilégio e que o projeto nasce justamente da consciência dessa responsabilidade. “Nós somos privilegiadas. O ELLAS não existe por nós, mas por tantas e tantas mulheres que vivem violência sexual, psicológica, moral, preconceito e pobreza extrema. É um espaço de acolhimento e de mobilização”, afirmou.



Karoline Cabral defende o compromisso das lideranças femininas em atuar como força transformadora na realidade social da Ilha do Marajó

Moema também destacou a força coletiva do extrajudicial. “Somos a instituição mais confiável do país, com mais de 13 mil Cartórios espalhados pelo Brasil. Nossa maior força é a união. Imagina essa capilaridade a serviço de um projeto social nosso, sério, contínuo, que não chega, promete e vai embora, mas que fica e entrega resultados.”

Medalha ELLAS homenageia mulheres que abrem caminhos

Um dos pontos altos do painel foi a entrega da Medalha ELLAS, honraria criada para reconhecer mulheres que abriram portas, inspiraram outras trajetórias e se destacam na promoção da equidade de gênero e da justiça social. ●

Nesta edição, receberam a Medalha ELLAS:

- Giselle Barros – primeira e, até hoje, única mulher a presidir o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF);
- Nelcy Maranhão
- Karoline Cabral
- Raquel Dodge
- Gabriella Dias Caminha de Andrade
- Rachel Tirello
- Larissa Rosso
- Helena Borges
- Nancy Felipetto
- Ministra Márcia Helena Lopes



Ministro Edson Fachin defende humanização, confiança e ampliação da desjudicialização em Aula Magna no Congresso da ANOREG/BR

Ao abordar os avanços tecnológicos e a sustentabilidade do setor, o ministro alertou para a necessidade de um equilíbrio entre o atendimento digital e a presença física, reafirmando o papel dos Cartórios como “empreendedores da confiança”



Fachin defendeu a ampliação da desjudicialização para fortalecer a cidadania no Brasil

Em uma fala marcada por profundidade e sensibilidade, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, proferiu a Aula Magna “Desafios do Extrajudicial: O Avanço das Tecnologias e o Equilíbrio Econômico-Financeiro” no último dia do XXV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro (Congresso da ANOREG/BR) e da VIII Conferência Nacional dos Cartórios (CONCART).

Fachin iniciou ressaltando o papel dos Cartórios como pilares de confiança em um cenário global marcado por incertezas. “Nós todos devemos ser empreendedores de confiança. Trabalhar com dados e evidências é o caminho mais se-

guro para oferecer previsibilidade, estabilidade e coerência”.

O ministro destacou que a crise de confiabilidade vivida por sistemas públicos em diversos países reforça a importância das instituições extrajudiciais no Brasil, que, segundo ele, têm exercido uma função social cada vez mais relevante.

Fachin celebrou os avanços do extrajudicial desde a criação do CNJ, há quase 20 anos, e reconheceu o papel dos Cartórios na capilaridade dos serviços públicos. “Os Cartórios ampliam o acesso à justiça e propiciam economia de recursos públicos. Em muitos municípios, especialmente no interior, o Cartório é o único órgão do sistema de justiça presente fisicamente”.

Ele afirmou que a atuação ex-

trajudicial permite ao Poder Judiciário concentrar-se em demandas de maior complexidade, contribuindo para uma justiça mais célere e eficiente.

O ministro defendeu a continuidade e ampliação das atribuições delegadas aos Cartórios, reforçando que a agenda da desjudicialização é estratégica para o Brasil. “A delegação de atos de jurisdição voluntária aos Cartórios não apenas não deve ser revertida; ao contrário, deve ser ampliada sempre que possível e benéfica à sociedade”.

Ao abordar conquistas recentes do segmento, Fachin ressaltou o impacto social do extrajudicial, como 261 mil reconhecimentos de paternidade realizados desde o



Ao final de sua conferência, o ministro foi homenageado por Rogério Bacellar, presidente da ANOREG/BR e da CNR, reafirmando a parceria entre o Poder Judiciário e o setor extrajudicial

Provimento 16 do CNJ; 27 mil reconhecimentos socioafetivos; retificação de nome e gênero sem ação judicial, além de inventários, partilhas e divórcios feitos diretamente em Cartório.

Em sua análise, o ministro alertou sobre riscos envolvendo infraestrutura, softwares inadequados e proteção de dados. “É preciso atentar para a sustentabilidade e para o sigilo das informações. Esses desafios afligem tanto o Judiciário quanto os Cartórios.” E defendeu equilíbrio entre tecnologia e presença humana. “Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Precisamos de serviços online eficientes, mas também de atendimento presencial de qualidade para quem não possui letramento digital”.



Cartórios são guardiões da memória coletiva", afirmou o ministro Edson Fachin durante sua fala no XXV Congresso da ANOREG/BR em Brasília

Cartórios como guardiões da memória e parceiros da cidadania

O ministro reforçou que, além de prestarem serviços essenciais, os Cartórios são responsáveis por preservar a memória coletiva do país — um papel que, segundo ele, precisa ser reconhecido e valorizado. “Cartórios são guardiões da memória coletiva, do passado que se guarda, do presente que se vive e do futuro que se constrói”, pontuou.

Ao final da palestra, Fachin defendeu que Judiciário e extrajudicial sigam atuando lado a lado. “A justiça não é um fim em si mesma. Nós nos dedicamos à sociedade. Contem conosco nessa travessia rumo a uma desjudicialização célere, eficiente e humanizada”, concluiu.

Encerrando o painel, o presidente da ANOREG/BR, Rogério Portugal Bacellar, entregou ao ministro uma homenagem em nome das entidades organizadoras. ●

SELO E PRÊMIO SINDICATOS



O Programa de Selos da CNR reconheceu 176 Cartórios extrajudiciais em todo o país na edição de 2025

CNR reconhece serventias certificadas pelo “Selo Cartório com Boas Práticas e Ações de Acessibilidade” e premia sindicatos de destaque

A Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) homenageou, durante o último dia da VIII CONCart e do XXV Congresso da ANOREG/BR (27), os 51 Cartórios certificados pelo “Selo Cartório com Boas Práticas e Ações de Acessibilidade”, em solenidade realizada em Brasília (DF).

O Selo reconhece os Cartórios que implementam itens de acessibilidade arquitetônica, boas práticas e ações que facilitam o acesso aos serviços do Cartório, independentemente de limitações físicas

ou cognitivas dos usuários. Em sua primeira edição, o programa certificou os Cartórios nas categorias Prata, Ouro, Diamante e Excelência de acordo com a maturidade das práticas e ações de acessibilidade adotadas.

Ao todo, o Programa de Selos da CNR — que contempla o Selo Cartório Mulher, o Selo Cartório Sem Preconceito e o Selo Cartório com Boas Práticas e Ações de Acessibilidade — reconheceu 176 Cartórios extrajudiciais em todo o país na edição de 2025.



Prêmio Nacional Sindicato Destaque também fortalece a classe e estimula boas práticas por meio do reconhecimento de colegas e Sindicatos do setor

O Prêmio Nacional Sindicato Destaque também foi entregue no último dia da VIII CONCERT e do XXV Congresso da ANOREG/BR. A honraria tem como objetivo fortalecer a classe de notários e registradores e estimular boas práticas por meio do reconhecimento de colegas e Sindicatos do setor.

O Sindicato dos Notários, Registradores e Distribuidores do Estado do Ceará (SINOREDI/CE) foi o grande campeão do V Prêmio Nacional Sindicato Destaque, conquistando o primeiro lugar da premiação pelo quinto ano seguido. Em segundo lugar ficou o Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo (SINOREG/SP), seguidos em terceiro e quarto lugar o Sindicato dos Notários e Registradores

do Estado do Espírito Santo (SINOREG/ES) e o Sindicato dos Notários e Registradores de Minas Gerais (SINOREG/MG), respectivamente.

Na ocasião, a CNR também homenageou o Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de Amazonas (SINOREG/AM), o Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (SIN-DIREGIS), o Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de Goiás (SINOREG/GO), o Sindicato dos Notários e Registradores do Distrito Federal (SINOREG/DF), e o Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de Santa Catarina (SINOREG/SC) reconhecendo seus trabalhos de excelência e contribuição para o desenvolvimento do setor. ●

PROGRAMA DESENVOLVE

Programa Desenvolve apresenta resultados e lança Circuito Lidera em painel sobre gestão no Congresso da ANOREG/BR

O painel “Projeto Desenvolve: Gestão com Eficiência para os Cartórios e as Entidades Extrajudiciais”, conduzido por Maria Aparecida Bianchin, diretora de Qualidade da ANOREG/BR e da CNR) e Denise Fernandes da Cruz, CEO do Grupo TXAI, mostrou que investir em gestão, pessoas e liderança já está trazendo resultados concretos para o extrajudicial brasileiro.

Logo no início da apresentação realizada no último dia do XXV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro (Congresso da ANOREG/BR) e da VIII Conferência Nacional dos Cartórios (CONCART), na manhã do dia 27, Maria Aparecida destacou o foco central do Desenvolve: gente. Segundo ela, grande parte da força dos Cartórios está na equipe.

“Mais de 70% do nosso potencial enquanto Cartório, enquanto notário, registrador, está numa equipe satisfeita, que tenha propósito e se sinta pertencente ao que faz todos os dias.”

Dentro do programa, foram realizadas semanas temáticas, como a Semana da Qualidade e a Semana de Pessoas, com webinars voltados à gestão, seleção, treinamento e engajamento de colaboradores – em especial da geração Z,



Fachin defendeu a ampliação da desjudicialização para fortalecer a cidadania no Brasil

apontada como um desafio para o segmento.

“Existe muita dificuldade nessa questão da contratação de novas pessoas para o extrajudicial. A gente quis discutir como ajudar no processo seletivo, manter esse time treinado e produtivo no dia a dia dos Cartórios”, explicou Maria Aparecida.

Um dos pontos mais sensíveis do painel foi a abertura para discutir saúde, bem-estar e ansiedade dentro dos Cartórios e entidades de classe.

“Não são só os nossos colaboradores que enfrentam estresse

diário no atendimento ao público. Os titulares também. Nossa atividade exige conformidade o tempo inteiro, entrega, prazos reduzidos... Precisávamos falar sobre como enfrentar tudo isso de forma mais preparada e menos angustiada”, afirmou Maria Aparecida.

Segundo ela, as semanas dedicadas a pessoas e bem-estar “quebraram paradigmas”, ao trazer para o centro do debate o cuidado com quem trabalha na linha de frente dos serviços notariais e registrais e nas entidades representativas

Resultados do piloto 2025

Apresentando o balanço do primeiro ano do Programa Desenvolve, tratado como um projeto piloto em 2025, a Denise Fernandes da Cruz mostrou números expressivos obtidos pelas entidades participantes:

- Aumento médio de 20% no número de associados;
- Crescimento de cerca de 30% na oferta de benefícios aos associados;
- 25 novos treinamentos aplicados;
- 112 horas efetivas de mentoria e formação.

“Em três dias, uma entidade conseguiu 66 novos associados com uma ação simples de lançamento de treinamento. Em média, todas as participantes cresceram cerca de 20% em associados. Isso vai reverberar diretamente na qualidade da prestação de serviços dessas entidades”, destacou Denise.

Ela lembrou ainda que todos os treinamentos do Desenvolve estão disponíveis no canal da ANOREG/BR no YouTube, ampliando o alcance das capacitações.

O painel também apresentou um conjunto de ações práticas implementadas pelas entidades ao longo do programa, como:

- criação de aplicativos e plataformas próprias;
- ampliação de convênios com faculdades e a ENNOR;
- parcerias com empresas para novos benefícios aos associados;
- criação de cursos EAD;
- adoção de ferramentas como Google Workspace;

uso de grupos de WhatsApp institucionais para comunicação estratégica.

“São várias ações possíveis para que as entidades tenham uma gestão mais qualificada e um relacionamento mais efetivo com seus associados”, resumiu Denise.

Um dos momentos mais aguardados do painel foi o lançamento oficial do Circuito Lidera Cartórios, iniciativa nacional resultado direto das discussões do Desenvolve.

O circuito vai percorrer todos os estados que aderirem, com eventos presenciais focados em liderança e gestão, voltados exclusivamente a titulares e substitutos.

“A ideia é mudar a realidade do país com em-

preendedorismo no extrajudicial. Quando o titular é empreendedor, ele transforma o Cartório – e, principalmente, transforma a economia da cidade”, afirmou Denise.



Maria Aparecida e Denise conduziram o painel “Gestão com Eficiência para os Cartórios e as Entidades Extrajudiciais”, reforçando que o potencial dos Cartórios está em equipes engajadas e preparadas

Reconhecimento às entidades

O painel também foi marcado pela entrega de certificados às 20 entidades que participaram do Desenvolve e por destaques especiais às responsáveis pelo projeto e principais incentivadoras; as que auxiliaram no desenvolvimento estratégico das entidades participantes e as que obtiveram crescimento e evolução durante todo o projeto.

Na sequência, foram anunciados os vencedores do Programa Desenvolve 2025:

- **1º lugar** – ANOREG-MT e SINOREG-MT (atuação conjunta)
- **2º lugar** – ANOREG-ES
- **3º lugar** – Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB)

Encerrando o painel, o presidente da ANOREG/BR, Rogério Portugal Bacellar, sublinhou a importância da preparação das entidades para o futuro. “Quando as entidades estão preparadas, os Cartórios estão muito melhor acompanhados e representados. É isso que projetos como o Desenvolve e o Circuito Lidera constroem.” ●

ENTREVISTA

Diretor Jurídico da Itaipu fala sobre o novo papel institucional da usina e a importância da cooperação com a atividade notarial e de registro

Em entrevista, Luiz Fernando Ferreira Delazari detalha a nova estratégia da binacional para converter geração de energia em políticas públicas, inclusão social e preservação ambiental



"Itaipu deixa como legado sua contribuição decisiva para a soberania energética e o fortalecimento da democracia", afirma o diretor jurídico.

ANOREG/BR e CNR: A atuação da Itaipu vai além da geração de energia. Poderia nos detalhar como as ações socioambientais da usina transformam a realidade das comunidades na região da fronteira?

Luiz Fernando Ferreira Delazari - Essa gestão da Itaipu, sob a orientação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entende que, o papel institucional da Itaipu Binacional transcende a função estritamente energética, passando a incorporar, de forma estruturada e responsável, uma atuação voltada ao desenvolvimento socioambiental e à promoção de políticas públicas não só na região de fronteira, mas em toda sua área de abrangência, os 399 municípios paranaense e 35 do Mato Grosso do Sul.

Atualmente, as práticas socioambientais da Itaipu Binacional transformam a realidade das co-

munidades ao atuarem de forma integrada sobre os fatores estruturais que historicamente produzem vulnerabilidade social, ambiental e econômica.

No plano ambiental, a proteção permanente do entorno do reservatório e das áreas de Mata Atlântica assegura a preservação dos recursos hídricos, a estabilidade climática regional e a conservação da biodiversidade. São mais de 100 mil hectares de Mata Atlântica, reconhecidos internacionalmente como Reserva da Biosfera.

Paralelamente, a Itaipu desenvolve uma agenda contínua e integrada de educação ambiental, gestão de resíduos sólidos, saneamento básico, proteção do solo e das águas, contribuindo para a melhoria da infraestrutura socioambiental dos municípios e das comunidades do entorno do reservatório. Essas ações produzem efeitos concretos sobre a qualidade de vida da população, ao reduzir riscos ambientais,

promover saúde pública e elevar indicadores de sustentabilidade territorial.

No plano social e econômico, o apoio a agricultores familiares, catadores de materiais recicláveis e comunidades indígenas promove geração de renda, inclusão produtiva e autonomia econômica. Ao fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, oferecer capacitação técnica e garantir acesso a equipamentos e infraestrutura, a Itaipu contribui para romper ciclos de pobreza, ampliar oportunidades e valorizar saberes locais, especialmente em uma região de fronteira marcada por desigualdades históricas.

ANOREG/BR e CNR: Atualmente, muito se fala em sustentabilidade. Como a Itaipu concilia a produção em larga escala com a preservação da biodiversidade e o cuidado com o Rio Paraná?

Luiz Fernando Ferreira Delazari - Está no DNA da Itaipu o compromisso com o meio ambiente. A empresa concilia a produção de energia em larga escala com a preservação da biodiversidade e o cuidado com o Rio Paraná por meio de uma abordagem integrada de sustentabilidade que equilibra exigências operacionais com salvaguardas ambientais robustas e contínuas.

A preservação territorial da Reserva da Biosfera, que inclusive é reconhecida como uma prática exemplar pela UNESCO, está associada a programas ativos de recuperação de áreas degradadas, reforço de vegetação nativa e conservação da biodiversidade, incluindo a criação de refúgios biológicos e corredores ecológicos que conectam fragmentos florestais e ampliam a resiliência dos ecossistemas.

No que se refere à qualidade da água a Itaipu implementa um monitoramento ambiental contínuo e sistemático, com campanhas de coleta e análise em múltiplos pontos do reservatório e de seus afluentes (incluindo rios e riachos da bacia), práticas que atuam diretamente na preservação do nosso reservatório.

Adicionalmente, a empresa adota práticas de gestão sustentável do uso da terra que mitigam riscos ambientais decorrentes de pressões externas, como a erosão do solo ou o uso intensivo de agrotóxicos em bacias afluentes, inclusive fomentando técnicas de manejo agrícola mais sustentáveis e sistemas de

uso do solo que reduzem impactos ao meio natural.

Esse conjunto de ações demonstra que a produção de energia em grande escala pela Itaipu não ocorre de forma dissociada da proteção ambiental, mas sim em uma lógica de sustentabilidade integrada, na qual a eficiência operacional convive com medidas estruturadas de preservação da biodiversidade e de cuidado com o recurso hídrico do Rio Paraná — consolidando um modelo de geração energética que é, simultaneamente, renovável, ambientalmente responsável e socialmente orientado

ANOREG/BR e CNR: De que forma o investimento social da Itaipu em municípios vizinhos contribui para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população local?

Luiz Fernando Ferreira Delazari - Desde 2023, os programas socioambientais da Itaipu passaram a beneficiar diretamente 434 municípios (399 Paraná e 35 Mato Grosso do Sul), alcançando um território que reúne mais de 11 milhões de habitantes. Esses investimentos abrangem áreas estratégicas como saneamento ambiental, manejo de água e solo, agricultura familiar, energia renovável, educação, saúde, segurança pública, cultura, infraestrutura e geração de emprego e renda, com impacto direto na vida cotidiana da população.

O principal instrumento de investimento social é o programa Itaipu Mais que Energia, que distribui recursos por meio de editais públicos geridos em parceria com a Caixa Econômica Federal. Esse programa está estruturado em quatro eixos prioritários: (i) Conservação da biodiversidade; (ii) Desenvolvimento comunitário; (iii) Produção sustentável e (iv) Saúde e bem-estar social.

Esses investimentos produzem efeitos econômicos e sociais concretos: dinamizam economias locais, ampliam o acesso a serviços públicos essenciais, fortalecem a capacidade institucional dos municípios e reduzem desigualdades territoriais. Ao priorizar projetos estruturantes e articulados com políticas públicas, a Itaipu assegura que os recursos investidos resultem em melhorias duradouras, promovendo desenvolvimento sustentável e qualidade de vida para a população da região de fronteira.

Em síntese, o investimento social da Itaipu não se limita a repasses financeiros, mas se traduz em uma estratégia de desenvolvimento territorial integrada, baseada em dados, planejamento e cooperação institucional, que transforma a presença da empresa em um vetor permanente de desenvolvimento econômico, inclusão social e interesse público.

ANOREG/BR e CNR: Como o senhor avalia a importância da segurança documental e dos serviços prestados pelos cartórios para o desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura como a Itaipu?

Luiz Fernando Ferreira Delazari - A segurança documental e os serviços prestados pelos cartórios exercem papel central para a viabilidade, a estabilidade, a segurança e a longevidade de grandes projetos de infraestrutura, como a Itaipu Binacional. Em empreendimentos dessa magnitude, a previsibilidade jurídica e a confiança institucional são ativos estratégicos tão relevantes quanto os aspectos técnicos e financeiros.

Os cartórios asseguram autenticidade, publicidade, validade e eficácia aos atos e negócios jurídicos que estruturam o projeto ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a constituição de direitos reais, aquisições e regularizações fundiárias, até contratos, garantias, registros ambientais e atos societários. Essa segurança reduz riscos, previne litígios, mitiga incertezas regulatórias e protege investimentos de longo prazo, o que é decisivo para obras complexas e de elevada repercussão econômica e social.

Destaco, ainda, que o avanço tecnológico dos serviços notariais e registrais ampliou significativamente esse papel estratégico. A digitalização de atos, o uso de assinaturas eletrônicas, a interoperabilidade entre serventias e a integração com sistemas públicos e privados aumentaram a eficiência, a rastreabilidade e a confiabilidade dos registros, reduzindo custos operacionais, prazos e margens de erro. Esse ambiente digital fortalece a segurança jurídica, facilita a gestão documental de empreendimentos de grande porte e contribui para a transparência e a governança dos projetos de infraestrutura.

Por fim, é importante sublinhar que a atuação dos cartórios também desempenha uma função es-

sencial para o fortalecimento da democracia brasileira. A existência de registros públicos confiáveis, acessíveis e dotados de fé pública garante igualdade de acesso à informação, segurança nas relações jurídicas e proteção contra arbitrariedades. A solidez documental que os cartórios proporcionam — tanto em grandes obras quanto na vida cotidiana — sustenta a confiança social nas instituições, promove estabilidade e reforça os alicerces democráticos que permitem o desenvolvimento sustentável do país.

ANOREG/BR e CNR: Qual a importância de participar de eventos como o Congresso da Anoreg/BR para o intercâmbio de experiências entre o setor público e os registradores e tabeliães?

Luiz Fernando Ferreira Delazari - Entendo que eventos como esse constituem espaços estratégicos de reflexão e atualização sobre temas centrais à segurança jurídica, à modernização dos serviços públicos e ao desenvolvimento do país.

A Itaipu tem atuado de forma consistente como grande incentivadora do desenvolvimento de espaços científicos, técnicos e acadêmicos, compreendendo que a produção de conhecimento, a pesquisa aplicada e o diálogo entre diferentes áreas do saber são essenciais para o aprimoramento das políticas públicas, da segurança jurídica e da governança institucional.

Nesse sentido, espaços como o Congresso da Anoreg/BR se tornam fundamentais para fortalecer o diálogo interinstitucional, fomentar inovação, compartilhar experiências exitosas e consolidar um ambiente jurídico mais seguro, eficiente e preparado para sustentar grandes projetos de desenvolvimento e políticas públicas de interesse coletivo.

ANOREG/BR e CNR: Para os leitores desta edição especial da Revista do Congresso da ANOREG/BR e da CONCERT, qual a mensagem principal sobre o legado que a Itaipu busca deixar para o Brasil?

Luiz Fernando Ferreira Delazari - A Itaipu reafirma seu compromisso permanente com um desenvolvimento sustentável, tecnológico e científi-



À frente da diretoria jurídica, Delazari reforça o compromisso da binacional com a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região de fronteira

co, capaz de produzir prosperidade com dignidade para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, a Itaipu está empenhada em contribuir para que o Brasil avance de forma consistente, estimulando a inovação, a pesquisa aplicada, a modernização institucional e a criação de ambientes científicos e técnicos que qualifiquem a formulação e a execução de políticas públicas.

Além disso, é fundamental destacar que Itaipu deixa como legado sua contribuição decisiva para a soberania energética do Brasil, garantindo um fornecimento estável, limpo e estratégico de energia, capaz de sustentar o crescimento econômico, fortalecer a infraestrutura nacional e reduzir vulnerabilidades externas. A energia produzida pela usina não apenas move a economia: ela assegura autonomia, previsibilidade e capacidade de planejamento — elementos essenciais para a construção de um Estado forte e eficiente.

Essa contribuição para a soberania energética se conecta diretamente ao fortalecimento da democracia brasileira, uma vez que sociedades que dispõem de segurança energética, instituições estáveis e acesso a serviços públicos essenciais têm maior capacidade de garantir direitos, promover inclusão e sustentar políticas de longo prazo. A confiabilidade

institucional que sustenta a operação da Itaipu e a sua entrega de energia limpa e contínua são pilares que ajudam a sustentar a estabilidade democrática e o desenvolvimento nacional.

Por essa razão, a Itaipu busca contribuir ativamente para a construção de um Brasil comprometido com o desenvolvimento sustentável, transformando a energia que produz em bem-estar social, inovação, conhecimento e oportunidades concretas para as presentes e futuras gerações, sempre orientada pelo interesse público e pela responsabilidade institucional. ●



WORKSHOPS



“Pinga Fogo Jurídico” reuniu um seletivo grupo de especialistas para debater os assuntos jurídicos de grande repercussão para a atividade notarial e registral

Segurança jurídica e inovação digital marcam o encerramento do XXV Congresso da ANOREG/BR

A XXV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro (Congresso da Anoreg/Br) e a VIII Conferência Nacional dos Cartórios (CONCART), realizados em Brasília/DF, promoveram discussões centrais para o futuro da atividade extrajudicial no Brasil, encerrando os eventos, no dia 27 de novembro.

Dois painéis em especial chamaram a atenção do público, abordando desde questões financeiras e tributárias até o avanço da tecnologia nas serventias.

O tradicional painel “Pinga Fogo Jurídico” reuniu um seletivo grupo de especialistas para debater os assuntos jurídicos de grande repercussão para a atividade notarial e registral.

Com a participação do tabelião e registrador Emival Moreira, do advogado e doutor pela PUC/

SP Mauricio Zockun, do advogado e doutor pela UnB Rafael Favetti, do advogado e mestre pela Universidade da Espanha Dixmer Vallini Neto, e da advogada especialista em Direito Notarial e Registral Samara Léda, o debate mergulhou nas nuances legais e práticas que definem o dia a dia e o futuro das serventias.

A discussão ressaltou a importância da atuação dos Cartórios na garantia da segurança jurídica no País, com foco nos temas mais relevantes que impactam a rotina dos profissionais e a prestação de serviços à população. As apresentações trouxeram à tona a necessidade de análise aprofundada das mudanças legislativas e jurisprudenciais que moldam o panorama extrajudicial.

Em um mundo cada vez mais digital, o painel



Painel “IA e os Cartórios” explorou as aplicações práticas da IA na rotina dos Cartórios

“IA e os Cartórios” colocou em pauta a revolução que a Inteligência Artificial (IA) e a tecnologia representam para a atividade extrajudicial. Sob a coordenação de Hélio Batista e com a contribuição de Johannes Harten, o debate explorou as aplicações práticas da IA na rotina dos Cartórios.

O foco da discussão recaiu sobre como a IA pode aprimorar a eficiência e a segurança dos atos

notariais e registrais, desde a automação de processos internos até a melhoria da experiência do usuário. Paralelamente, os especialistas alertaram para os desafios cruciais relacionados à privacidade e à segurança de dados, sublinhando o papel fundamental dos Cartórios como guardiões da informação no ecossistema digital. ●

ANDREG|BR

Associação dos Notários e Registradores do Brasil